

INTRODUÇÃO

As greves de Contagem e Osasco foram acontecimentos até certo ponto surpreendentes. Conhecendo-se as características do movimento sindical brasileiro anterior a 1964 dificilmente se poderia prever a ocorrência de greves como essas.

O movimento operário brasileiro é fenômeno recente de não mais de dois decênios. Além disso, formara-se no regime populista e associara seu destino ao populismo. Desde meados dos anos 50 passara a orientar-se por uma estratégia de aliança com os governos e a construir a estrutura dual em que deveria apoiar-se até o fim do período Goulart: vêm de então as primeiras "organizações paralelas" que, formadas por iniciativa da esquerda, começam a acoplar-se à velha organização sindical oficial. Com uma orientação favorável aos populistas e com esta estrutura dual, em verdade semi-operária e semi-estatal, o movimento sindical teve sua melhor época nos primeiros anos da década dos 60 (1).

(1) A organização sindical oficial foi criada pela ditadura Vargas (1937-1945) no espírito do corporativismo fascista italiano e dotada de uma articulação rigidamente vertical» A cada setor da produção (indústria, comércio etc.) corresponde, tanto para patrões como para empregados, uma estrutura hierarquizada de sindicatos (base), federações (nível intermediário) e confederações (cúpula). A organização oficial proíbe a formação de uma central operária, do mesmo modo que qualquer tipo de "frentes" ou "pactos" inter-sindicais. Desde suas origens esta organização foi mais um fato burocrático assistencial que propriamente uma estrutura sindical efetiva e só começou a ganhar alguma eficácia sobre as bases políticas do populismo dos anos 50 e com o complemento das chamadas "organizações paralelas".

A expressão "organização paralela", de inspiração jurídica, não é talvez a melhor; é a que vem sendo usada pelos estudiosos do sindicalismo brasileiro para designar as organizações inter-sindicais de caráter horizontal (Pacto de Unidade e Ação, Pacto de Unidade Inter-sindical etc.), que complementavam e dinamizavam a estrutura oficial (por isso, talvez, fôsse melhor dizer "organizações complementares"). Embora proibidas pela legislação, foram toleradas pelos governos populistas desde Vargas até Goulart, os quais evidentemente tiravam vantagens políticas de suas atividades. Submetidas em geral ao controle dos comunistas, estas organizações começaram nos anos 50 ao nível dos sindicatos, passaram depois aos níveis supe-

8.

Não há exagero em dizer que no cenário conturbado em que Goulart tentava implementar sua política de reformas, os sindicatos chegaram a despontar como um novo fator de poder na história política brasileira. Em realidade, porém, era apenas o começo do fim para o regime populista e para o movimento operário que se lhe associara e passara a depender dele. Goulart e os sindicatos foram então capazes de atemorizar os grupos interessados na preservação do sistema capitalista no país, mas mostraram-se impotentes para resistir e sobreviver ao golpe que logo a seguir se abateu sobre o regime. Em resumo, o movimento operário aceitara nos anos 50 uma orientação e uma organização moldadas pelo populismo e parecia condenado a partilhar a sorte que 1964 reservara a Goulart e aos demais líderes populistas. Nasceria à sombra do populismo, e parecia morrer com ele.

Depois de 1964, o rígido controle governamental sobre a organização sindical oficial e a aplicação das interdições legais a qualquer forma de "organização paralela" levaram à desarticulação da estrutura dual do movimento operário anterior e, por efeito também das novas leis de greve e de salários, à redução da classe operária a uma impotência quase total. Se entre 1960 e 1964 aquele movimento parecia emergir como um fator de poder na política brasileira, depois do golpe-de-Estado ele se revelou incapaz mesmo de assegurar a defesa econômica da classe. De fato, o número de greves por aumento de salários reduziu-se drasticamente, não obstante as sérias perdas desde 1964 até 1968 (perdas que, de resto, não foram até hoje recuperadas). Isto não quer dizer que não houve greves nestes períodos. Comparadas, porém, com as do período anterior, foram poucas e pequenas. Simples movimentos molecula-

riores das federações e confederações e culminaram na formação do Comando Geral dos Trabalhadores em 1962. É a esta composição entre as organizações oficiais e as "organizações paralelas" que eu chamo de estrutura dual do sindicalismo populista. Para uma visão geral da expansão da organização oficial e das "organizações paralelas" ver RODRIGUES, Albertino-Sindicato e desenvolvimento no Brasil, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

res nas bases da classe operária - importantes como prenúncios de acontecimentos futuros - mas que não chegaram a sobressair no quadro de profunda depressão do movimento em geral. As greves de 1968 em Contagem e Osasco, com 15 000 e 6 000 grevistas, respectivamente, foram a expressão toais notável desses movimentos moleculares e, assim, não poderiam deixar de causar alguma surpresa.

Qual a relevância de um exame detalhado desses movimentos se se tem presentes os problemas gerais com que se defronta atualmente o movimento sindical no Brasil? A pergunta se faz necessária não apenas porque sua resposta permitirá definir uma perspectiva para a descrição e análise dos fatos, mas também por razões de ordem histórica. O fato é que depois da primeira surpresa, aquelas greves passaram rapidamente ao esquecimento geral. Houve, talvez, algo mais. O esquecimento, no caso, é simples indício de uma "interpretação" dos acontecimentos, e de uma atitude ideológica geral diante das possibilidades do movimento operário no país.

Em realidade, Contagem e Osasco despertaram expectativas desencontradas e contraditórias. Por uma parte, podiam ser vistas - e esta impressão talvez tenha sido inicialmente dominante - como exemplos de uma vitalidade comum a certos setores da classe operária que poderiam vir a manifestar-se a qualquer momento. Seriam, assim, o início de uma retomada da atividade sindical no país. Mas elas podiam também ser encaradas sob um ângulo completamente diferente, como apenas dois exemplos a mais do estado geral de depressão do movimento sindical e de sua aparente incapacidade em dar resposta às suas novas condições de existência. Minha impressão é que a verdade, neste caso, não se encontra em nenhum destes pólos. É certo que as primeiras expectativas terminaram por revelar-se ilusórias, mas isto não é prova suficiente para se aceitar o polo oposto como verdadeiro.

Os casos em exame não têm, evidentemente, a extensão de algumas das greves do período anterior a 1964. Deste modo, à pri-

10.

meira vista, parecem de pouca ou nenhuma significação para uma avaliação das possibilidades de desenvolvimento do movimento operário, quando são confrontados, por exemplo, com as greves havidas em São Paulo em 1953 (300 000 grevistas) e 1957 (700 000) e com as duas greves nacionais de 1962, isto para mencionar apenas as principais. Contudo, é inteiramente evidente, embora isto seja muitas vezes esquecido, que estas comparações de tamanho não têm nenhum interesse se não se tem em conta as notáveis diferenças existentes de contexto histórico. Em verdade, e este é o ponto para o qual quero chamar a atenção, as questões relevantes para comparação são de caráter histórico e neste campo as referências quantitativas ao número de greves ou à sua extensão têm um valor muito secundário. Sobretudo, são questões que dizem respeito não apenas à variação das condições externas ao movimento operário, mas também e principalmente às vicissitudes de seu desenvolvimento interno.

Com efeito, "la protesta obrera se situa no solo en la historia de la sociedad sino en la historia de si misma" (1). Ou seja, o movimento operário não pode ser visto apenas como dependente da história da sociedade mas também como sujeito de sua própria história e, como tal, capaz de influir sobre a sociedade. É principalmente nesta segunda perspectiva histórica que um estudo das greves de 1968 se apresenta como pertinente. Penso que ficará claro no transcorrer do trabalho que não se trata aqui apenas de uma preferência pessoal em relação a temas e ângulos de análise.

Em realidade, a greve de 1953 constitui um marco na história do sindicalismo, como também na história do país, menos por sua amplitude que por assinalar as tendências então dominantes no movimento sindical para a solução de alguns problemas de seu desenvolvimento, em especial os referentes à sua orientação em face do Estado e das empresas e às formas de organi-

(1) DELICH, Francisco - Crisis y protesta social - Cordoba, mayo de 1969. Buenos Aires, Signos, 1970.

zação adequadas à conquista de seus objetivos. De maneira similar, os casos de 1968 são relevantes, não obstante sua extensão limitada, por colocarem uma séria dúvida sobre as soluções encontradas naquela época e por sugerirem esboços de formas alternativas de orientação e organização.

De fato, estas greves contrastam fortemente com as características gerais exibidas até aqui pelo movimento operário brasileiro, seja o da fase de ascenso que transcorre entre 1950 e 1964, seja o da fase posterior marcada pela desarticulação e pela perplexidade. Manifesta-se nelas, seja no plano da orientação, seja no plano da organização, uma atitude de independência em face do Estado e das empresas que, quaisquer que sejam as qualificações a serem feitas, se diferencia bastante dos hábitos do sindicalismo do período populista. Segundo me parece, é precisamente esta posição de independência que oferece seu interesse para um exame das possibilidades atuais do sindicalismo no país.

Resta urna observação para concluir esta introdução. Terminado o trabalho de coleta e análise, não foram poucas as dúvidas que tive sobre a qualidade do material coligido e apresentado a seguir. Tive que me basear em informações da imprensa, além de umas poucas informações censais, e como se sabe nem sempre o interesse do jornalista coincide com o do cientista político ou do sociólogo. Além disso, é precisamente no campo das questões do desenvolvimento interno do movimento sindical onde as informações jornalísticas são menos abundantes e, ainda assim, nem sempre completamente confiáveis. Dêste modo, dimensões tão importantes como, por exemplo, a dinâmica das relações sociais no interior das empresas, as relações entre liderança e base no interior dos sindicatos ou a presença de influências políticas no âmbito dos movimentos grevistas, ocupam no conjunto deste estudo um espaço muito menor do que o necessário para a sua completa elucidação. Era vários momentos da exposição, estes e outros aspectos só puderam ser considerados a partir de inferências sobre as características externar assumidas pelos acontecimentos. Assim, não

12.

fôsem as dificuldades costumeiras nas análises de questões históricas, bastaria a constatação da precariedade das informações disponíveis para aconselhar prudência nas conclusões. Contudo, creio que uma tentativa de análise pode justificar-se se se tem presentes tais ressalvas.

I - DUAS ÁREAS INDUSTRIAIS METROPOLITANAS

Apesar de suas características de alta concentração industrial Contagem e Osasco não se ajustam às condições típicas das "comunidades industriais isoladas", Comunidades deste tipo encontram-se geralmente à volta das minas (por exemplo Nova Lima) ou de grandes siderurgias (por exemplo Volta Redonda, Usiminas etc.), combinando uma alta concentração espacial das indústrias a um grande isolamento dos operários em face das demais classes. Esta combinação de concentração e isolamento pode levar à formação de um sentimento comunitário que, por favorecer o despertar da solidariedade de classe (ou ainda por sobrepor-se a ela e reforçá-la) constitui, em geral, um fator excepcionalmente favorável à eclosão do movimento operário em greves, protestos etc.

Contagem e Osasco apresentam condições de alta concentração industrial, mas faltam-lhes as características de isolamento ecológico e social. De fato, são dois casos típicos de áreas industriais metropolitanas e, até há pouco tempo, foram bairros periféricos de Belo Horizonte e São Paulo. Osasco só conquistou sua autonomia municipal em 1962 e Contagem, embora mais antigo como município, só assumiu sua conformação atual depois de 1963 com a incorporação da "Cidade Industrial", até então um bairro de Belo Horizonte (1). Não há razão para supor que a nova condição político-administrativa destas áreas industriais tenha levado a alguma alteração séria nos vínculos sociais e econômicos que mantinham com as metrópoles de que faziam parte. A este respeito, importa observar que o atual Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco formou-se por desmembramento da antiga sub-sede local do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, com o qual, porém, continuou mantendo relações bastante frequentes. No caso de Contagem, o Sindicato manteve sua jurisdição como Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, mesmo depois da anexação da "Cidade Industrial".

(1) SINGER, Paul - Desenvolvimento econômico e evolução urbana, Rio de Janeiro, Nacional, 1968, p:258.

Não se pode afirmar, portanto, que as greves de Contagem e Osasco tenham se beneficiado das condições típicas das "comunidades industriais isoladas". Contudo, a descrição dos acontecimentos sugere que a alta concentração espacial das indústrias e a alta concentração dos capitais em um número relativamente pequeno de empresas podem ser tomadas como condições favoráveis à greve (do mesmo modo que pode ser tomado em sentido contrário o caráter relativamente recente destas concentrações operárias). É evidente, porém, que tais condições não são nunca eficazes em si mesmas. Só podem ser pensadas como favoráveis (ou desfavoráveis) ao processamento de uma reivindicação coletiva na suposição de que as pessoas se orientem no sentido de formular reivindicações e se decidam a organizar-se coletivamente para atingi-las.

O atual município de Contagem tinha, em 1960, uma população de 28 065 habitantes, dos quais a grande maioria (21 645) concentrada nos 20 km² da "Cidade Industrial" e os demais repartidos entre a sede do município (3 708) e a zona rural (2 850). Estima-se que em 1968, quando ocorreram as greves, a população tivesse cerca de 33 000 e é possível que estas características de concentração tenham pelo menos permanecido. Em realidade, tendo em conta o caráter recente do desenvolvimento de Contagem e sua dependência do desenvolvimento da "Cidade Industrial", pode-se supor inclusive que a concentração tenha aumentado. Embora a "Cidade Industrial" tivesse sido criada em 1942, ela só alcança um desenvolvimento mais intenso depois de 1955 quando se estabelece na região uma usina hidrelétrica e começam a instalar-se grandes empresas como a Mannesman, Belgo-Mineira, Mafersa, RCA Victor etc.. Assim, o número de operários da "Cidade Industrial" passa de 2 850 em 1952 para 5 731 em 1960 e atinge 16 610 em 1966. Estima-se que em 1968 houvesse mais de 18 000 operários trabalhando na "Cidade". A maior parte desta população operária reside perto do local de trabalho. Segundo dados disponíveis para 1966, cerca de 63% da população operária reside na área da "Cidade Industrial" ou em outras áreas do município de Contagem, 35% reside em Belo Horizonte e os poucos restantes se distribuem pelas cidades

vizinhas, principalmente Ibirité e Betim (1).

Do mesmo modo que Contagem, Osasco é também um município predominantemente urbano e industrial. Contudo, enquanto o primeiro é um dos poucos pontos de forte concentração industrial da região metropolitana de Belo Horizonte, o segundo é apenas um exemplo das várias áreas industriais da região metropolitana de São Paulo (2). Esta circunstância faz de Osasco um município que cumpre as funções de "cidade industrial" ao lado das funções de "cidade dormitório" para uma grande massa de operários que trabalha em São Paulo ou em outros municípios vizinhos. Embora o crescimento industrial de Osasco tenha sido, como em Contagem, particularmente intenso desde meados dos anos 50, boa parte do crescimento de sua população se deve às suas funções como "cidade dormitório" além do que se deve imputar ao crescimento de suas funções comerciais (3). Dêste modo, de acordo com os resultados de uma pesquisa realizada em 1966, teria uma população empregada de 62 000 pessoas, das quais 49 000 vinculadas às atividades industriais, mas com apenas 15 500 trabalhando nas indústrias locais.

Não obstante, a população industrial empregada em Osasco, está, como a de Contagem, altamente concentrada. Numa área de cerca de 300 ha que inclui o Centro da cidade e as duas zonas industriais limítrofes ao Norte e a Sudeste, estão concentrados quase 80% do total dos que trabalham nas indústrias lo-

(1) Além das informações do Censo, utilizo, para Contagem como para Osasco, alguns resultados de surveys realizados em 1966 por empresas de planejamento urbano.

(2) "Pode-se falar, com propriedade, num "Grande São Paulo", que abrangeria uma dúzia ou mais de municípios da área de influência da Capital. Do ponto de vista industrial, pode-se dizer que este conceito inclui pelo menos os seguintes municípios: Santo André, São Bernardo, São Caetano, Guarulhos, Caieiras, Diadema, Embu, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, Franco da Rocha, Osasco, Mauá, Poá, Suzano, Barueri e Taboão da Serra, além, naturalmente, o da Capital". Cf. Paul Singer, op.cit., p.60.

(3) 1960 - 115 000 habitantes;
 1964 - 170 000 habitantes;
 1966 - 200 000 habitantes;
 1970 - 280 000 habitantes.

cais. De acôrdo com dados da pesquisa mencionada, pode-se inferir que esta área de alta concentração industrial é também um importante setor de residência operária. Dos que aí residem (11 450), 58% trabalham na região, 18% trabalham em outros bairros de Osasco e 24% em São Paulo. Esta mesma inferência pode ser apoiada também pelas informações sôbre os meios de transporte utilizados pela população: do total dos que trabalham no Centro, 50% se dirigem a pé ao trabalho, 14% utilizam bicicletas, 36% as ferrovias, ônibus e seus próprios autos; do total dos que trabalham nas duas zonas industriais mencionadas, 44% se dirigem a pé ao trabalho, 34% utilizam bicicletas e os 22% restantes as ferrovias, ônibus ou seus próprios autos.

A concentração ecológica das indústrias e da população operária acrescenta-se, como em Contagem, a concentração econômica. Em 1965, as 11 grandes emprêsas de Osasco (com mais de 500 empregados) ofereciam 75% dos empregos industriais, as 11 emprêsas de tamanho médio (100 a 499) ofereciam 17,5% e as 62 pequenas emprêsas sômente 7,5%. Por outra parte, pareceria haver nestes anos uma tendência a um crescimento da oferta de empregos pelas grandes emprêsas em ritmo mais rápido que o das pequenas e médias; entre 1962 e 1965 a oferta de emprêgo nas grandes emprêsas de Osasco cresce de 28,5%, enquanto que nas pequenas e médias sômente 8,7%. Além disso, importa observar - para termos bem definida esta concentração espacial e econômica das indústrias - que metade das 22 maiores emprêsas do município está localizada na área industrial acima descrita, concentrando 80% dos empregos industriais aí existentes (12 113).

A relação entre concentração e greve está sugerida pelo fato de que seis das sete emprêsas atingidas pela greve de julho encontram-se na área de concentração (1). Ou seja, a greve

(1) Cobrasma, Braseixos Rockwell, Brown Boveri, Osram, Barreto Keller e Granada (esta última pertence ao setor químico, as demais ao metalúrgico). As três primeiras emprêsas estão classificadas entre as cinco maiores emprêsas de Osasco, com

atingiu seis das onze maiores empresas localizadas na área de concentração.

Para finalizar esta comparação entre Osasco e Contagem, restaria mencionar as semelhanças de sua estrutura industrial, tal como se pode ver na tabela abaixo (na suposição de que os números relativos tenham se mantido até 1968):

PESSOAL OCUPADO EM INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO

SETORES INDUSTRIAIS	CONTAGEM (1960)	OSASCO (1965)
1. Material de Transporte, Material Elétrico e de Comunicações, Metalurgia, Mecânica e Minerais não-Metálicos	73	60
2. Têxtil	13	13
3. Alimentos	10	11
4. Outros	4	16
TOTAL	<u>100</u> (6 697)	<u>100</u> (12 113)

FONTE: Os dados para Contagem são do Censo Demográfico de 1960 (Sinopse Preliminar). Para Osasco são do IBGE e só se referem à área industrial mencionada acima.

Em resumo, os dois municípios apresentam características de alta concentração ecológica da atividade industrial e da população operária, alta concentração de capitais em algumas poucas empresas e uma clara predominância da indústria pesada (material de transporte, material elétrico, metalurgia, etc.). Seria possível considerar tais características como excepcionais no processo de industrialização do país?

um movimento financeiro acima de 10 bilhões de cruzeiros (dados para 1965). Uma única empresa participante da greve, a Lonaflex, se localiza fora da área industrial mencionada. Está localizada no "km 18", bairro de Osasco que também possui uma alta concentração de residências operárias. Algumas notícias indicam que a greve atingiu fora de Osasco a empresa Sofunge, indústria metalúrgica localizada na Lapa, "bairro de São Paulo vizinho a Osasco.

Até onde são confiáveis as informações disponíveis sobre a industrialização brasileira, estes dois municípios apenas exemplificam o que são precisamente as tendências dominantes no processo de expansão do capitalismo industrial com as características estruturais que começam a desenvolver-se no país dos meados do decênio dos 50. Também não há nada de excepcional no fato de que tais condições propiciem greves e outras manifestações do gênero. É bem sabido que são condições sociais e econômicas criadas pela grande indústria que tenderam a favorecer, em muitos países, o desenvolvimento na classe operária de uma consciência de seus interesses sociais e uma maior capacidade de organização. Mais ainda, o Brasil não foge a esta tendência geral do desenvolvimento capitalista. Leôncio Martins Rodrigues observa, com apoio numa pesquisa sobre a ocorrência de greves no Grande São Paulo entre 1955 e 1961, que estes movimentos ocorreram com maior frequência nas áreas de maior concentração industrial, nas fábricas grandes e nos setores metalúrgico, mecânico e de material elétrico(1). Significa dizer que, do ponto de vista estrutural, as greves de Osasco e Contagem devem ser vistas apenas como dois casos a mais numa tendência que acompanha em geral o capitalismo de grande indústria; no caso particular do Brasil, esta tendência geral se desenvolve desde meados dos anos 50.

Não obstante, qualquer que seja a relevância destas hipóteses estruturais, para fins de uma sociologia comparada ou de uma análise a longo prazo, deve ficar bastante claro que elas são por si só insuficientes para dar conta dos casos históricos de Contagem e Osasco. Haveria sempre que explicar por que estes movimentos ocorreram em 1968 nestas áreas e não em outras com características estruturais similares. Este é um problema difícil de resolver na ausência de dados sobre as relações trabalhistas em áreas de concentração industrial onde

(1) RODRIGUES, Leôncio Martins - Conflito industrial e sindicalismo no Brasil, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1966. O autor também exclui a hipótese das "comunidades industriais isoladas" como fator de greves em sua análise sobre o Grande São Paulo. Cf. p.86-88.

não ocorreram greves no ano de 1968 (ou, eventualmente, onde se verificaram tentativas frustradas). Pode-se, porém, propor algumas hipóteses para complementar as hipóteses estruturais mencionadas acima.

No caso de Osasco, a política municipal desempenhou um papel relativamente importante. Operou, pode-se dizer, como uma "condição externa" adicional às condições estruturais mencionadas acima. Como era de se esperar em um município de composição predominantemente operária da região do Grande São Paulo, a política municipal de Osasco preservou mesmo depois de 1964 muitas das características do estilo populista que vem dominando a política paulista desde o pós-guerra. Dispõe-se de menos informações sobre a influência da política municipal em Contagem. De qualquer modo, parece ter sido menos significativa na produção dos acontecimentos. Não obstante, também aí os operários não se desinteressam da política municipal e, em 1966, conseguiram eleger um dos seus como vereador.

É possível que estas diferenças entre as duas cidades estejam associadas às circunstâncias em que ocorrem suas respectivas campanhas autonomistas. Em ambos os casos, a campanha pela autonomia municipal estêve sob a liderança das classes médias locais. Contudo, em Osasco trata-se de uma classe média de comerciantes e profissionais liberais que, deixando os industriais de certo modo à margem, conseguem alguma medida de mobilização da opinião operária em protesto contra o descaso da Prefeitura de São Paulo em face dos bairros periféricos. A incorporação a Contagem da "Cidade Industrial" - cidade planejada pelo governo estadual e dotada de recursos urbanos - parece ter sido sobretudo um resultado da pressão dos industriais interessados na redução dos impostos.

Não disponho de dados para precisar até que ponto estes municípios apresentam peculiaridades políticas quando comparados a outros municípios localizados na periferia de São Paulo. Contudo, algumas observações dispersas sobre outros municípios me levam a crer que a permanência do populismo em Osasco é um

fenômeno comum a outras cidades de alta composição operária, pelo menos no Estado de São Paulo. De qualquer forma, e embora eu não pretenda avançar nenhuma conclusão sobre este ponto, parece-me razoável supor que o movimento sindical encontraria algumas condições diferentes segundo se localizasse em municípios de alta composição operária ou em municípios onde a influência operária sobre a política municipal é menor. Não há razões para crer que as greves em exame não teriam ocorrido se Osasco ainda fôsse um bairro de São Paulo e a Cidade Industrial um bairro de Belo Horizonte. Elas, porém, teriam seguramente um curso diferente. Não há como deixar de constatar, pelo menos no caso de Osasco, que o ambiente da política municipal desempenhou alguma influência, pelo menos no sentido de que reservou ao sindicato um relêvo na vida local que este dificilmente poderia encontrar numa cidade de composição social diversa.

Em qualquer hipótese, estas condições políticas locais não podem ser consideradas decisivas. Vale repetir que estas, como quaisquer outras condições externas, só podem desempenhar alguma influência, favorável ou desfavorável, na suposição de que as pessoas se decidam a reivindicar e a organizar-se para atingir suas reivindicações. Estas decisões, cruciais para o entendimento do que ocorreu, verificaram-se, de uma ou de outra forma, em Contagem e Osasco, e ademais com o ímpeto suficiente para desencadear os acontecimentos. Terão ocorrido em muitas outras partes? Convém examinar a história destas decisões separadamente para cada um dos movimentos. É o que se fará nas duas partes seguintes deste trabalho.

IV - À GUISA DE CONCLUSÃO

Nesta parte final do trabalho meu objetivo é apenas o de chamar a atenção para alguns pontos referidos nas análises anteriores que me parecem relevantes para o estudo da situação atual do movimento sindical no país. Mantendo a advertência feita na Introdução contra as generalizações demasiado rápidas, penso que as observações que seguem devem ser tomadas me nos como conclusões que como sugestões para a formulação de hipóteses para estudos ulteriores.

1 - Para começar pelo mais evidente, deve-se mencionar que os movimentos de Contagem e Osasco representam, em graus diferentes, um mesmo processo de ruptura interna do sindicalismo populista. Note-se que a ruptura observada nestes casos se deu em ampla medida no interior da tradição populista e foi influenciada por ela. Uma ruptura parcial portanto. Contudo, foi suficiente para evidenciar algumas características de independência operária que contrastam de maneira clara com as tendências dominantes no movimento sindical no país desde os anos 50.

No plano da orientação, esta independência se expressa pelo caráter político-econômico dos objetivos definidos pelas duas greves. Nos dois casos, a reivindicação de aumentos superiores aos limites oficiais conduziu, de maneira espontânea em Contagem e de forma voluntária em Osasco, a um conflito direto com a política de compressão salarial. Quaisquer que sejam as qualificações a serem feitas sobre esta posição de independência, o fato é que os movimentos em exame já não podem ser vistos como simples exemplos da retórica tradicional do regateio sindicalista. Foram, na realidade, tentativas do mo vimento operário de fazer valer seus interesses por seus próprios meios.

A constatação desse fato não pode ser obscurecida nem mesmo pela observação das discussões existentes no seio do governo sobre a política salarial. A rigor, o movimento operário não

foi chamado ao debate como força social independente (pois os limites de sua ação se encontravam com antecipação estritamente definidos) e o govêrno não se dispunha, em qualquer hipótese, a reconhecer as greves como meio válido de pressão. É possível até mesmo supor que o Ministro do Trabalho tenha, por exemplo, usado a greve de Contagem para reforçar seus próprios argumentos junto ao govêrno. Isto porém não diminui em nada a significação da própria greve como causa do abono de emergência e, finalmente, da mudança havida em 1968 na política salarial.

No plano da organização, as coisas são menos claras, mas ainda assim é possível reconhecer algumas características de independência que se manifestam no encaminhamento dos conflitos. As duas greves foram, em ampla margem, embora não exclusivamente, o resultado de iniciativas exteriores ao sindicato oficial. Suas origens reais estão na espontaneidade da base operária (Contagem) e nas "comissões de fábrica" (Osasco). Este caráter basicamente extra-oficial das greves se manifesta em Contagem pela ausência do sindicato (que foi reduzido às funções de mediador entre as partes), e no caso de Osasco pela posição equívoca e insustentável do sindicato local no momento da eclosão do conflito. No mesmo sentido, observe-se ainda que os dois movimentos foram considerados ilegais por seus objetivos e ocorreram fora do período definido por lei para as campanhas salariais.

2 - Evidentemente, a descrição destas características de independência não esgota o problema da significação destas greves para a história do movimento sindical no país. A propósito, vale a pena retomar aqui algumas considerações já indicadas na Introdução. Não seria possível supor que se tratasse apenas de dois casos excepcionais dentro da tradição de dependência do movimento sindical? Alternativamente: não seriam estes dois exemplos de atividade independente aquelas "exceções que confirmam a regra" de uma incapacidade geral do movimento

operário perante as condições reinantes depois de 1964? Quero chamar a atenção para o fato de que estes argumentos são apenas parcialmente corretos e podem conduzir a alguns equívocos de interpretação em face dos dois movimentos estudados. Em realidade, estes foram, num certo sentido, excepcionais. Mas que significa a afirmação da excepcionalidade neste caso? Significa que foram simples "desvios" em face de um padrão de dependência ainda firme e sólido ou que indicam tendências novas em curso no movimento operário?

A caracterização dos casos de Contagem e Osasco como "desvios" apóia-se numa concepção geral sobre o movimento operário brasileiro que pode ser resumida em duas idéias centrais. Primeiro, o elevado nível de atividade sindical observado antes de 1964 se explicaria essencialmente pelo interesse dos governos em utilizar o movimento operário como "fôrça auxiliar". A ênfase nesta proposição terminou por fornecer uma interpretação meramente mecânica da situação de dependência do movimento sindical, em verdade um fenômeno até certo ponto contraditório, só explicável por referência ao amplo e complexo esquema de aliança de classes em que se apoiava. Em segundo lugar, esta concepção se caracterizou por colocar uma ênfase tão forte nas condições externas ao movimento operário que sua dinâmica interna tendia a ser vista sempre como um reflexo direto das determinações estruturais de ordem econômica, social etc.. Em contraste com tais idéias, muito correntes apesar de seu notável simplismo, creio que seria conveniente manter presente na interpretação dos movimentos de Contagem e Osasco a dupla determinação, externa e interna, através da qual eles se formaram e se desenvolveram. Sobretudo, penso que convém não perder de vista as vicissitudes de seu desenvolvimento interno, de hábito tão descuidadas pelas interpretações correntes.

3 - Para tomar inicialmente o aspecto referente às condições externas, creio poder afirmar que a explicação dos casos de 1968 como simples "desvios" apresenta alguns pontos frágeis.

A propósito, é importante relembrar que também sob o aspecto das condições externas, a questão da significação desses casos para uma avaliação das possibilidades do movimento sindical no país permanece como um problema de ordem histórica que não pode ser reduzido a uma questão de mera quantidade. Quando aparecem casos de manifesta vitalidade numa situação geral de depressão, não seria razoável admitir a possibilidade de que estejamos assistindo aos primeiros sinais de uma recuperação? Além disso, por que não considerar também a hipótese de que as condições estruturais estariam elas próprias se transformando no sentido de possibilitar (e não apenas de dificultar) a emergência de um movimento operário de estilo diverso do que foi observado no período populista?

Se tomamos os movimentos de Contagem e Osasco na sua dependência das determinações estruturais, qualquer hipótese sobre seu caráter excepcional de "desvio" só poderia ser confirmada se as condições de sua ocorrência pudessem também ser consideradas excepcionais. Creio que uma tal hipótese é muito difícil de aceitar depois das duas análises feitas. Em realidade, as condições em que ocorreram aquelas greves não podem ser consideradas excepcionais senão no sentido de que indicam as tendências dominantes no país ao nível da estrutura da classe operária, bem como do sistema econômico submetido à hegemonia do grande capital e da indústria pesada. (Observe-se à margem que seria muito difícil admitir uma revivescência do regime populista sobre estas bases estruturais, qualquer que seja a hipótese que se faça sobre as tendências do desenvolvimento político brasileiro).

Neste sentido, os dois casos estudados devem ser tomados menos como "desvios" a um padrão de dependência estabelecido pelo passado que como uma indicação aproximada do tipo de resposta a que tenderiam os setores de ponta da classe operária diante de suas novas condições de existência. Com os poucos dados disponíveis é impossível prever os resultados finais deste processo no âmbito do movimento sindical. Contudo, parece-me que eles serão, de qualquer modo, diversos das fórmu-

las de orientação e organização estabelecidas durante os anos 50.

Haveria que registrar ainda a observação, de resto bastante evidente, de que a mera qualificação das condições externas (sejam elas favoráveis ou desfavoráveis ao desenvolvimento do movimento sindical) não é de modo algum suficiente para a consideração do problema. Boa parte da questão depende de orientações de ordem política e ideológica que afetam, embora diferenciadamente, o desenvolvimento interno de tôdas as fôrças sociais e políticas interessadas no problema, quer se trate do movimento operário, dos políticos, das emprêsas ou do governo. As observações seguintes se limitam a considerar êste aspecto do ângulo do desenvolvimento interno do movimento operário.

4 - Embora os casos de Contagem e Osasco evidenciem tendências a uma posição de independência operária, é um outro problema o de saber se tais tendências têm condições internas de êxito para o conjunto do movimento sindical. Importa observar a propósito que, mesmo nos dois casos em exame, a existência de uma orientação geral de independência não excluiu a presença influente de alguns velhos hábitos ideológicos e organizatórios do sindicalismo populista. As inovações organizatórias apresentadas por êstes movimentos (em especial, as "comissões de fábrica") não foram suficientes para impedir que êles se enredassem no âmbito da estrutura sindical oficial, como o caso de Osasco ilustra de maneira tão flagrante. Neste sentido, o reconhecimento das alternativas de orientação e de organização que esboçaram para o futuro não pode obscurecer o fato de que os movimentos analisados não deixaram êles próprios de pagar um pesado tributo ao passado. Segundo me parece, as dificuldades decisivas que encontraram em seu curso nascem precisamente disso.

5 - Não obstante, qualquer que seja a importância desta herança ideológica e organizatória é possível reconhecer que mani-

festam também algumas diferenças importantes em face do período anterior a 1964. Neste sentido, pode ser útil uma comparação com a greve de 1953, onde tem suas origens o processo de formação do sindicalismo populista. A greve de 1953 nasceu de uma conjuntura política de independência do movimento operário, do mesmo modo que as de Contagem e Osasco. Não obstante, terminou por conduzir à dependência do movimento sindical, por meio da estrutura dual que combinou a entrada das esquerdas nos sindicatos oficiais com a formação das "organizações paralelas" e, finalmente, por meio da formulação de uma política populista de colaboração de classes.

Os movimentos de 1968 foram um pouco mais longe no caminho da independência. Apesar da grande influência populista que se pode observar em seu desenvolvimento, formaram alguns embriões de organização autônoma pela base da classe operária (as "comissões"), não pela cúpula da burocracia sindical, como era próprio das "organizações paralelas". Mais que isso, colocaram em causa, contrariamente ao que se observou em 1953, a significação real da estrutura sindical oficial herdada da ditadura Vargas.

Depois do fracasso das tentativas de "renovação sindical" promovidas pelo Ministério do Trabalho e das novas "organizações paralelas", aquelas greves vieram a confirmar o que já se sabia antes: na ausência das condições propiciadas pelo regime populista, são praticamente nulas as possibilidades de uma reconstituição da estrutura dual do sindicalismo. Deste modo, o sistema oficial de regulação dos conflitos trabalhistas põe à mostra seu irremediável envelhecimento. A rigor, o sistema oficial se revelou quase que completamente inútil nos dois conflitos estudados, seja do ponto de vista das funções de articulação e representação requeridas pelos trabalhadores, seja do ponto de vista das funções de controle requeridas pelo governo e pelas empresas. Não fôsem suas origens no corporativismo facista italiano que lhe conferem desde seus inícios uma excepcional rigidez burocrática, bastaria referir os trinta anos transcorridos desde sua implantação legal no país pa-

ra que se entenda imediatamente a sua condição atual de falência quase completa. Do mesmo modo, os acontecimentos de 1967 e 1968 parecem sugerir que uma mudança nas bases deste sistema começa a configurar-se como inevitável, se é que os conflitos do trabalho devem alcançar no Brasil alguma forma de regulação institucional.

II - UM MOVIMENTO ESPONTÂNEO

A greve de abril em Contagem foi um caso típico de irrupção espontânea das massas operárias. Isso não quer dizer que não tenha sido, de certo modo, "preparada" por algumas condições. A propósito, é preciso mencionar em 1967 e 1968 a aguda crise de emprego vivida pela região de Belo Horizonte e a agitação sindical, que em parte constitui uma resposta aos estímulos do Ministério do Trabalho a uma "renovação sindical" e em parte o resultado dos esforços de mobilização operária realizados pelas "oposições sindicais". Neste contexto de crise econômica e de crise sindical, é preciso mencionar ainda a presença (que se pode inferir por algumas informações da imprensa como relativamente atuante) de alguns grupos de esquerda. Aí estão resumidamente indicadas as três condições principais de que nasce o movimento.

Se fôsse necessário "hierarquizar os fatores", eu não teria dúvida em dizer que a crise econômica e a insatisfação social resultante desempenharam o papel mais importante. Não obstante, a agitação sindical e a ação da esquerda eram também dados da situação e tiveram sua parte nos acontecimentos. De qualquer modo, talvez o mais correto fôsse dizer que o fator decisivo não foi nenhuma destas condições em particular, mas sua combinação peculiar na região num dado momento histórico. O fato, porém, é que, por efeito de alguns destes fatores ou por efeito do conjunto, começam a surgir, desde 1967, os sinais (em particular os casos de protesto local, pequenas greves de empresa etc.) de uma crescente insatisfação da massa operária da região que poderia, de um momento para outro, emergir num movimento de caráter mais amplo.

Importa, contudo, assinalar que estas condições "prepararam" a greve apenas no sentido de que servem para explicar que ela fôsse possível. Não há nenhuma informação que permita afirmar que esta greve, em particular, tenha sido prevista ou proposta por qualquer organização política ou por qualquer orga-

nização corporativa (1). Não foi prevista ou proposta quer pelas direções e "oposições sindicais", quer pelas organizações de esquerda. Ela ocorreu como um ato espontâneo da massa operária e sua espontaneidade terminou por impor-se mesmo àqueles que, refeitos da primeira surpresa, tentaram controlar, coordenar ou dirigir os acontecimentos.

É necessário esclarecer o que se pretende dizer aqui com o em-prêgo do conceito de espontaneidade operária. Uma greve pode ser considerada espontânea quando a massa operária decide e realiza, por si própria, um movimento de defesa de interesses econômicos ou sociais. Os operários, nestes casos, contam certamente com líderes, embora desconhecidos do público e das autoridades, e com alguma forma circunstancial e elementar de organização, mas não com uma organização corporativa (ou política). As greves espontâneas, que muitas vêzes limitam-se a uma seção de fábrica ou a algumas horas de duração, constituem apenas um dos tipos disto que chamei na introdução de "movimentos moleculares". Nelas pode-se observar o movimento operário em suas formas mais rudimentares. Ocorrem, em geral, em situações em que ainda não existem organizações corporativas adequadas, ou em situações em que estas perdem a capacidade de articulação ou de representação, seja por resultado de

(1) Por "organização corporativa" entendo qualquer agrupamento ao nível das relações econômicas e das relações de trabalho que objetive articular e representar, de maneira permanente, interesses econômicos e sociais de uma classe ou categoria social. Os sindicatos constituem um exemplo deste tipo de organização. Embora as organizações corporativas assumam frequentemente alguma relevância política e possam, eventualmente, se propor objetivos especificamente políticos, elas se distinguem claramente das organizações políticas. Estas se caracterizam pelo fato de que, ademais das funções de representação e articulação de interesses sociais e econômicos, se propõem "funções de Estado", quais sejam as de direção do Estado e a articulação e representação dos interesses sociais gerais. Evidentemente, a direção do Estado não se separa da dominação sobre a sociedade, do mesmo modo que a representação dos interesses sociais gerais se faz sempre na perspectiva dos interesses hegemônicos de um grupo ou classe. Ver sobre o tema GRAMSCI, A. - Maquiavel, a política e o Estado moderno, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, parte I.

pressões externas, seja por resultado de seu próprio desenvolvimento interno. Estas situações se dão, em geral embora não exclusivamente, com classes de formação social recente ou, como pareceria ser o caso de Contagem, com classes que, além de jovens, sofrem um processo de perda de capacidade de articulação e representação em condições em que são também submetidas a uma intensificação da exploração econômica e à pressão de um endurecimento da dominação social e política (1).

O conceito, de caráter descritivo, trata evidentemente dos "casos puros" e não faz referência às características de espontaneidade que frequentemente se encontram nas greves organizadas. Em realidade, para fins descritivos, as greves puramente espontâneas e as greves puramente organizadas são apenas os pontos extremos de uma mesma escala. Os casos mais frequentes ocorrem provavelmente em pontos intermediários da escala e aí as diferenças de grau podem ser muito importantes. Dêste modo, não obstante seja possível estabelecer diferenças qualitativas entre organização e espontaneidade, não há razões para opor de maneira mecânica os dois conceitos.

Do ponto de vista das questões de organização, as greves espontâneas são sempre relevantes. Quando menos porque indicam que as organizações (corporativas ou políticas) existentes são inadequadas ou insuficientes. Neste sentido, a espontaneidade operária representa, no essencial, um impulso para novas

(1) Por ocasião da greve, estas circunstâncias parecem ter sido claramente percebidas por algumas autoridades. O ex-governador do Estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto, num comentário à situação, atribuiu ao Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, a seguinte declaração: "o erro mais grave que a revolução cometeu foi ter destruído as lideranças ostensivas. Na recente greve de Minas Gerais, 15 mil trabalhadores entraram em greve e eu não consegui encontrar um só líder para estabelecer qualquer forma de diálogo. E apesar da greve ter existido mesmo, ter funcionado com uma precisão absoluta, foi impossível saber quem estava por trás dela, organizando-a ou dirigindo-a". TRIBUNA DA IMPRENSA, 26/4/69. São também conhecidas as opiniões do Ministro sobre a questão salarial, em especial sobre o estreito reajuste do ano anterior na região de Belo Horizonte.

formas de organização. Da mesma maneira, a greve espontânea pode ser vista como representando uma forma embrionária da consciência social dos operários que no ato da greve abandonam sua costumeira posição de submissão e assumem uma atitude de resistência coletiva aos grupos dominantes, de dentro ou de fora da empresa.

1 - CRISE ECONÔMICA, CRISE SINDICAL E INSATISFAÇÃO SOCIAL

Os estímulos do Ministério do Trabalho no sentido da "renovação sindical" e os efeitos da situação econômica nacional combinaram-se de maneira peculiar na região de Belo Horizonte. Seja porque a crise que afetava a indústria brasileira desde 1962 tenha tido uma duração maior que em outras regiões industrializadas do país, seja porque o "tratamento de choque" aplicado à economia pelo governo Castelo Branco tenha levado a efeitos depressivos mais amplos que em outras partes, o fato é que uma boa parte das empresas de Belo Horizonte e Contagem ainda em 1967 e 1968 apresentavam problemas (atraso no pagamento de salários, redução do pessoal etc.) similares àqueles que a periferia industrial de São Paulo tinha vivido em 1965 e 1966. Não obstante, ou talvez por isto mesmo, parecem ter sido também mais duradouras as interventórias que o governo federal impusera em 1964 a um grande número de sindicatos do país. Assim, a suspensão da intervenção e a permissão de eleições no Sindicato dos Metalúrgicos são de 1967, enquanto que no Grande São Paulo já se ouve falar de eleições sindicais desde 1965 (um exemplo é o do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco). Além disso, os controles permanentes do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos parecem ter sido exercidos de maneira mais rigorosa na região de Belo Horizonte. Mesmo em 1967 e 1968, tem-se a impressão de que o comportamento da Delegacia Regional do Trabalho (D.R.T.) local foi, em vários momentos, mais estrito do que a própria política ministerial, nestes anos, faria supor como necessário.

Nestas condições, a "renovação sindical" tem, por um lado, o

significado de uma pequena fissura no dique que por tanto tempo represara as insatisfações produzidas pela crise. Por outro lado, ela não chegou a capacitar os sindicatos para estas circunstâncias. Assim, quando as insatisfações acumuladas emergiram na greve de abril de 1968, os estreitos mecanismos do sindicalismo oficial foram facilmente transbordados. Mesmo "renovados", os sindicatos oficiais pouco ou nada tinham ganho em eficácia e legitimidade junto à classe operária.

Há algo mais, porém, que pode explicar a explosão de abril sem que se necessite recorrer às peculiaridades locais. A "renovação sindical" mostra, desde o início, os limites estruturais que de há muito afetam o sindicalismo brasileiro em geral. Sob pressão dos sindicatos locais (pressão que se inicia em março e coincide portanto com a instalação do governo Costa e Silva), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (C.N.T.I.), de certo modo "autorizada" pela nova política do Ministério do Trabalho, decidiu, em junho de 1967, substituir o diretor de sua Delegacia Regional na região. Segundo um jornal local, esta decisão foi interpretada por alguns sindicalistas "como o primeiro passo do Ministro do Trabalho, Coronel Jarbas Passarinho, para pôr um fim ao "peleguismo" no movimento sindical do Estado"(1). Por outra parte, a substituição deste burocrata sindical combinou-se diretamente com a crise de emprego, pois a C.N.T.I., buscando prestigiar o setor onde se registrava o maior número de desempregados, designou em seu lugar o presidente do Sindicato dos Têxteis. A

(1) A carreira do sindicalista Candido Siqueira, então afastado, é bem expressiva da estrutura sindical oficial na região e no país. De acordo com a imprensa, Siqueira começou em 1937, quando se inicia a ditadura Vargas, como presidente da Federação dos Trabalhadores na Construção e Mobiliário do Estado de Minas Gerais. Quando foi criada a Delegacia Regional da C.N.T.I., foi designado seu diretor e aí permaneceu até 1967. Com 67 anos de idade e 30 de sindicalismo oficial, Siqueira parecia realmente ter chegado ao fim da estrada: segundo a imprensa, ele "se tornou conhecido em todo o país quando, ao prestar depoimento em um Inquérito Policial Militar (I.P.M) contra certos líderes sindicais, afirmou que o cidadão Edson Arantes do Nascimento (Pelé) participava também, em Belo Horizonte, de reuniões subversivas". Cf. ÚLTIMA HORA, 6/6/1967.

"renovação" prossegue uma semana depois quando alguns sindicatos, satisfeitos com esta primeira decisão, começam a pressionar o Ministério em favor do afastamento do presidente da Federação dos Comercciários.

Assim começa a "renovação" em Belo Horizonte e, pela maneira como começa, não deveria ser difícil prever que teria vida curta. Como ocorreu em outras partes do país, os passos para a liberalização sindical apenas respondiam aos sinais vindos de cima e durante todo o tempo não fizeram mais que acompanhar as frágeis tendências de abertura política que se instauraram com o governo Costa e Silva. Os sinais de abertura para os sindicatos oficiais eram apenas o correlato de outras propostas, entre elas a chamada política de "afrouxo salarial" e algumas alterações na rígida política de estabilização econômica então vigente, com as quais o novo governo pretendia estimular a liberalização do regime instaurado em 1964. O governo Costa e Silva afirmava que a "fase repressiva" do regime havia terminado com o período Castelo Branco (abril de 1964 a março de 1967) e que êle seria o iniciador da "fase construtiva".

A "fase construtiva" teria sido pensada pelo novo governo como o restabelecimento de algumas tendências outrora dominantes na história política brasileira? É muito duvidoso. Não obstante, é inegável que a conjuntura de 1967-1968 teve a peculiaridade de fazer reviver, ainda que fôsse no plano da utopia, algumas imagens do passado. Se isso aconteceu foi porque sem dúvida existiram alguns pontos de semelhança, por difusos que fôssem, entre os anos 67-68 e outros momentos da história brasileira desde o após-guerra. Creio, porém, que êstes eventuais pontos de semelhança real não poderiam ser suficientes para explicar os casos de comportamento repetitivo que se pode encontrar nos setores políticos e sindicais e até mesmo entre pessoas vinculadas ao governo (1). Uma pesquisa

(1) A Frente Ampla, que congregava Lacerda, Goulart, Kubitschek e outros, e o Movimento Inter-sindical Anti-Arrôcho - (M.I.A.), que congregava as "oposições" dentro da estrutura

sôbre o tema descobrirá aí o pêso do passado populista, de um populismo que no Brasil foi talvez mais que mera ideologia para transformar-se numa mentalidade e num estilo nacional de fazer política.

Seria por certo muito forçado assemelhar a conjuntura de passagem do govêrno Castelo ao govêrno Costa à transição do govêrno Dutra ao govêrno Vargas observada no início dos 50. Há um ponto porém em que a comparação é quase inevitável numa história do movimento operário. Em 1967-1968, as chamadas "oposições sindicais" tomam as palavras do Ministro do Trabalho sôbre a renovação das emperradas estruturas sindicais oficiais e tentam levá-las adiante com o objetivo de retomar as posições perdidas em 1964, do mesmo modo que nos primeiros anos da década dos 50 tomaram a mesma bandeira, então estendida por Vargas e Goulart, para a retomada das posições perdidas em 1947. Em muitos casos já não se trata das mesmas pessoas nem talvez dos mesmos grupos. Mas a orientação é básicamente a mesma. Contudo, se nos anos 50 ela iniciava a história do sindicalismo populista, agora o que se vê é apenas a sua caricatura. Começando em 50, aquela orientação fêz um pedaço da história do país e, para bem ou para mal, norteou o sindicalismo até 1964. Recomeçando em março de 1967, ela não passou de dezembro de 1968, quando foi proclamado o Ato Institucional nº 5. Dêste ponto de vista, o que ocorreu com a "renovação sindical" em Belo Horizonte e Contagem é apenas um exemplo do que ocorreu naqueles anos no movimento sindical em todo o país.

A liberalização sindical na região começa portanto com a circularidade típica dos fenômenos burocráticos: os estímulos do Ministério atingem primeiramente as organizações de base da estrutura oficial (ou seja, os sindicatos, nível no qual as "oposições" fazem sentir mais forte a sua presença) e os sindicalistas da base respondem pressionando o Ministro para que

sindical oficial, são os exemplos mais claros do que se afirma acima. Não são, porém, os únicos casos de comportamento repetitivo entre políticos e sindicatos.

proceda à renovação dos níveis superiores (onde, por sua vez, os "pelegos" são mais fortes). A "renovação" poderia ter sido mais que isto, um fenômeno de ordem burocrática, quando se sabe que a estrutura sindical se encontra sob completo contrôle por parte do Estado? (1).

Uma estrutura dêste tipo jamais se renova por dentro. Para se renovar ela depende sempre da combinação de condições externas que possibilitem algum grau de real mobilização da classe operária dentro de limites e numa orientação convenientes ao

(1) A dependência dos sindicatos em face do Estado é apenas em parte um produto da lei ou da vontade dos governos. Vista de outro ângulo, é em ampla medida um problema de ordem interna do sindicalismo brasileiro. Vem a propósito referir aqui os dois lados do problema, Primeiro, o Estado financia os sindicatos através de um impôsto que garante a parte mais substancial de seus orçamentos. Deste modo, quando se diz que os sindicatos são uma extensão do Estado se enuncia precisamente sua condição real, pois eles dependem, decisivamente da tributação e esta dependência financeira é, em verdade, a base de sua dependência política. Se os sindicatos recebem de fundos públicos, como poderiam resistir ao contrôle do Estado sobre a aplicação do dinheiro? Por outra parte, se o Estado os paga, por que os governos deveriam tolerar quaisquer pretensões de real autonomia legal ou política? Segundo, a maioria dos sindicatos tem um baixo nível de participação e de representação. Este fato constitui uma razão a mais para a sua dependência, pois debilita sua resistência às injunções externas, em especial as que vêm do poder público. As causas do baixo nível de participação são diversas. Quero mencionar apenas uma que se encontra relacionada com o item anterior. Como as atividades assistenciais do Estado são geralmente precárias, os sindicatos passaram a usar os fundos públicos que recebiam para criar seus próprios serviços assistenciais. O resultado dêste processo foi que não apenas a prática dos sindicalistas criou uma esdrúxula concepção do "sindicato assistencial", como o crescimento das funções assistenciais do sindicato terminou por sobrepujar suas funções de representação. Por razões orçamentárias, o crescimento das funções assistenciais acabou por constituir um limite para a ampliação da sindicalização. Cada novo operário sindicalizado traz uma pequena contribuição para a receita, mas sua contribuição para a despesa é seguramente maior, pois passa a ter direito aos serviços assistenciais. Dêste modo, a sindicalização não pode nunca ir além do limite orçamentário que é definido, por um lado, pelas atividades assistenciais e, por outro, pelo montante recebido do impôsto. Em resumo: o Estado não apenas dá dinheiro aos sindicatos e os controla por isso, como também os sindicalistas, ao assumir encargos públicos, passaram a depender permanentemente do dinheiro público.

quadro institucional vigente. Observe-se, em primeiro lugar, que uma mobilização limitada como essa não poderia dar-se sem que o governo tivesse o interesse ou a possibilidade de mudar algumas leis sindicais e as leis de greve e de salários ou, pelo menos, de abrandar o rigor de sua aplicação. Em segundo lugar, seria sempre necessária a existência de grupos de sindicalistas com o interesse ou a possibilidade de promover a mobilização operária por conta própria, disputando assim margens cada vez mais amplas de manobra, embora dentro de um campo que poderia ser aceito, ou pelo menos tolerado, pelo governo. Foi a combinação dessas e outras condições do mesmo tipo que permitiu o desenvolvimento do sindicalismo dos anos 50 através da criação das "organizações paralelas" que, ao invés de substituírem, complementaram e dinamizaram a estrutura oficial. Nos anos 67-68 nenhuma delas chegou realmente a funcionar.

Nestas condições, a "renovação sindical" na região não poderia ir muito longe. Limitou-se às mudanças havidas, em 1967, na diretoria de dois sindicatos, o dos bancários e o dos metalúrgicos. Depois dos exemplos burocráticos mencionados anteriormente, estas mudanças constituíram o ponto alto, e também o ponto final, da "renovação". No caso dos bancários, de junho de 1967, o aspecto burocrático é o mais importante e, neste sentido, o processo não se diferencia dos exemplos anteriores (1). É só no caso dos metalúrgicos que se pode observar uma tentativa séria de mobilização das bases por parte das "oposições".

(1) Diferentemente do que veio a ocorrer no Sindicato dos Metalúrgicos, a oposição dos bancários se revelou sem forças para constituir sua própria chapa e terminou por participar de uma chapa única, com membros da diretoria anterior, por sua vez vinculados à anterior intervenção federal. Deste modo, as eleições transcorreram num ambiente de indiferença da categoria dos bancários, mesmo daqueles associados ao sindicato. Contudo, como o Presidente eleito, que havia sido Vice-Presidente na diretoria anterior, renunciou diante das acusações de corrupção que lhe foram dirigidas, abriu-se a possibilidade do ascenso do líder da oposição à Presidência.

A campanha eleitoral dos metalúrgicos é também de junho de 1967. Não obstante já houvesse começado a "renovação sindical" em Belo Horizonte com a substituição do representante regional da C.N.T.I., o Ministério ainda não regulamentara o processo eleitoral que deveria ocorrer um mês depois. A oposição se antecipa e forma uma chapa, presidida por um operário da Mannesman, Enio Seabra, cujo programa insiste na idéia da democratização do sindicato, através da "expulsão dos pelegos" e do incentivo à participação dos trabalhadores na vida sindical, e na crítica à política salarial e a algumas outras medidas recentes do governo sobre a estabilidade de emprego (F.G.T.S.) e a previdência social (1). Embora tomando como temas centrais algumas questões abertas para debate pelo próprio Ministério (a "renovação sindical" e a questão salarial), a oposição não conseguiu passar ilesa pelos rigores oficiais.

Em 23 de julho, depois de mais de um mês de campanha e às vésperas das eleições, a D.R.T. tenta impugnar o nome de Seabra (êste sindicalista já tivera, em 1964, seu caminho à Presidência barrado pela intervenção). A oposição, porém, persiste e recorre ao Ministério. Apoiada ademais num recurso à Justiça que lhe concede em caráter liminar a possibilidade de concorrer, ela chega a disputar as eleições e vence a chapa apoiada pela intervenção por uma diferença de 500 votos sobre um total de 3 900. Depois das eleições, verifica-se que a vitória anterior sobre a D.R.T. fôra apenas provisória. Em fins de agosto, alguns dias antes da inauguração oficial da nova diretoria, a D.R.T. consegue finalmente a impugnação de Seabra e de três outros diretores.

Êste final de campanha afetou ainda mais a fôrça do sindicato como organização, o que talvez explique algo do caráter espon

(1) O programa menciona também a autonomia sindical. Como é frequente no sindicalismo brasileiro, a reivindicação de autonomia parece não envolver neste caso a idéia de uma reestruturação global do sindicalismo, mas um simples protesto contra as restrições presentes, em especial contra a intervenção. Há também referência no programa à construção de um ginásio para os associados.

tâneo da greve de abril. Por um lado, a oposição, embora vitoriosa nas urnas, mostrou-se incapaz de fazer valer sua vitória ante a burocracia e os contrôles ministeriais. Por outro, a "renovação", para a qual acenava o Ministério, chegava de fato a um pobre resultado com a instalação de uma diretoria de representatividade duvidosa, pois desfalcada de quatro de seus membros eleitos, entre os quais o Presidente. Dois detalhes da solenidade de posse da nova diretoria dizem bem da precariedade do sindicalismo oficial assim como das ambiguidades de orientação da oposição: embora impedido de tomar posse, o Presidente eleito compareceu para prestigiar o que restava de sua chapa e a assembléia reunida o homenageou como o grande líder dos metalúrgicos da região. Ficou claro que a representatividade do sindicato oficial era precária, mas também que a oposição não tinha qualquer alternativa organizatória a oferecer.

Não obstante, as eleições deram margem a um processo de intensa mobilização dos metalúrgicos da região, em especial em Contagem. A mobilização eleitoral permaneceu, evidentemente, limitada aos operários sindicalizados (cêrca de 20% do total), mas é bem possível que tenha conseguido impressionar boa parte do conjunto da categoria profissional. Além disso, imediatamente depois do pleito, a diretoria eleita (ainda não desfalcada pelas impugnações que deveriam ocorrer antes da posse, um mês depois) começa uma propaganda, através do jornal do Sindicato ("O Metalúrgico"), chamando os operários para "a campanha contra o arrôcho salarial, pela revisão imediata dos salários em índices que possam atender o custo de vida". Começa também uma campanha para a construção do ginásio do sindicato e um movimento pela ampliação da participação dos trabalhadores na vida sindical. A nova diretoria, assumindo suas funções em agosto, retoma os mesmos temas e passa a enfatizar a questão salarial, com vistas ao período de reajuste que deveria dar-se em outubro. Enfim, talvez se possa dizer que se as eleições não tiveram maiores consequências no plano organizatório é inegável que elas marcam o ponto de partida de um processo de mobilização que deverá atingir seu ponto culminan

te na greve de abril.

É evidente que esta agitação sindical não lavra no vazio. A campanha eleitoral coincide com a expansão de um sentimento de insatisfação social em Contagem e Belo Horizonte, que atingirá até 1968 setores cada vez mais amplos da classe operária da região. Os problemas de desemprego e salários atrasados atingem tanto o setor privado como o setor público. Em 6 de junho as professoras primárias recorrem à Justiça para receber seus salários e quatro dias depois começam sua greve. A greve, que mobilizou cerca de 4 000 professoras de 26 municípios do Estado, não pôde, contudo, resolver o problema que ainda em agosto dava motivo a algumas manifestações de rua. Em 7 de julho é a vez dos funcionários municipais de Belo Horizonte se mobilizarem para receber seus salários em atraso. Ainda em junho e julho, começam a surgir os protestos dos empregados do sistema bancário estatal contra o programa de fusão dos bancos estatais que, de resto, acabou mesmo produzindo desemprego no setor. Para completar as referências ao setor público, há que mencionar o incidente de 11 de abril de 1968 (alguns dias antes da greve dos metalúrgicos), em que cerca de 500 operários municipais tentaram invadir o edifício da Prefeitura para exigir o pagamento de um tradicional empréstimo de véspera da Semana Santa que lhes fôra negado esse ano.

No setor privado, estes problemas assumem proporções ainda maiores. Em abril de 1967 a Mannesman dispensara cerca de 600 operários (a chapa da oposição dos metalúrgicos registrou o fato através de críticas públicas à omissão da diretoria do sindicato diante do problema). Em junho, quando se inicia a campanha eleitoral, começa também uma greve por atraso de pagamento por parte dos mineiros de Ibitaré e São João del Rei (Cia. Siderúrgica Nacional) que deverá durar perto de mês e meio. Em novembro começa o movimento dos operários da Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas de Barão de Cocais, também por salários atrasados. Em dezembro surgem vários casos de protesto por atraso no pagamento do "13º salário". Em inícios de 1968, pouco antes portanto da greve de abril, cerca

de vinte pequenas emprêsas se viram obrigadas a fechar as portas por más condições financeiras (entre estas se encontrava a Minas Aço que causou escândalo por ter dispensado sem indenização seus 170 trabalhadores). Na mesma época, a A.E.I. efetuou seu programa de redução de pessoal, despedindo 230 trabalhadores de um total de 300. Em fins de fevereiro entram em greve os 3 500 operários da ACESITA reivindicando o cumprimento do anterior reajuste de salários. Em março, o Sindicato dos Metalúrgicos denunciava que a Industam havia despedido cêrca de 40 operários em bases fraudulentas. Em abril, toca à MAFERSA empreender seu programa de redução de pessoal: diminui o quadro de pessoal de 500 para 360 e ameaça de dispensa também os restantes argumentando com a má situação financeira da emprêsa.

É sôbre a base dêste clima de crise e insatisfação que se deve avaliar os possíveis efeitos da agitação que se desenvolve a partir das eleições sindicais. Durante a campanha eleitoral, a oposição não deixou de chamar a atenção para êstes problemas, do mesmo modo que êles constituíram uma das teclas preferidas da nova diretoria do sindicato. Além disso, algumas notícias sugerem que êste processo de mobilização social não se limitou aos operários. Jornais mimeografados começam a circular em Contagem, indicando a presença de organizações de esquerda. Num ambiente de agitação crescente, renasce o movimento estudantil nos três colégios locais (1), surgem novas organizações de bairro (cineclubes, sociedades de amigos de bairro etc.) e ampliam-se as atividades das igrejas locais, em especial por meio de assembléias paroquiais.

(1) Em Contagem como em Osasco, duas cidades em que os operários são a maioria, há provavelmente uma considerável mescla social entre operários e estudantes. Não obstante sejam poucas as informações disponíveis a respeito, é de se supor que o número dos operários-estudantes (ou estudantes-operários) seja aí maior do que normalmente se supõe. No caso de Osasco algumas informações permitem concluir que esta nova figura social chegou a ter uma influência considerável sôbre os rumos do movimento operário local do mesmo modo que, em contrapartida, o sindicato influiu bastante sôbre o movimento estudantil.

Contudo, se a insatisfação e a agitação são evidentes nesta cidade industrial em época de crise, os problemas de organização corporativa dos operários não o são menos. Depois das impugnações que desfiguraram a representatividade da nova diretoria dos metalúrgicos, êsses vieram a ter na campanha salarial de outubro de 1967 um novo motivo para não tomar a sério o sindicato como instituição representativa de seus interesses. Obedecendo às determinações da estrita política salarial vigente, o reajustamento da região foi fixado em apenas 17% (as expectativas eram de 60%) e o sindicato aceitou a decisão de maneira passiva, sem buscar utilizar nem mesmo os recursos legais disponíveis (1).

Além disso, os meios que os dirigentes do sindicato viam para obter mudanças na política salarial não eram, em realidade, muito diferentes daqueles usados pelo Ministro do Trabalho quando tomou a iniciativa de estimular a "renovação sindical" e de colocar em discussão a política salarial. Enfim, se o problema salarial não era apenas dos operários, mas também do governo, então preocupado com a manifesta insuficiência de mercado para os produtos industriais, parecia haver uma razão a mais para que os dirigentes sindicais voltassem à sua velha orientação populista de formar "organizações paralelas" para complementar a estrutura sindical oficial. Como sempre, o resultado seria a constituição de grupos de pressão de cúpula (o que, de partida, implicava em restrições à participação da base operária). Contudo, as novas "organizações paralelas" que vêm a se formar, não apenas em Belo Horizonte mas também e principalmente em São Paulo, não serão mais do que uma pálida caricatura do passado.

Em Belo Horizonte estas tentativas de reedição da estrutura dual do movimento operário produziram resultados ainda mais frágeis que em outras partes. Em outubro de 1967, os sindicatos dos metalúrgicos e dos bancários tentaram, juntamente com

(1) Depois da greve de abril o próprio Ministro do Trabalho fez referência a êste reajustamento de 17% como excepcionalmente baixo e como uma das possíveis causas dos acontecimentos.

outros sindicatos, formar uma "frente inter-sindical" semelhante ao Movimento Anti-Arrôcho (M.I.A.) que então se criava em São Paulo. A tentativa fracassa no nascedouro, pois diante das pressões da D.R.T. e do desinterêsse de um grande número de sindicatos que haviam aderido inicialmente à idéia, não chega a realizar-se a manifestação pública onde deveria ser proclamada a nova "frente". Uma segunda tentativa surge em começos de 1968, de novo sob a liderança de metalúrgicos e bancários, e se forma o "Comitê Inter-Sindical Anti-Arrôcho". Segundo a imprensa, a inauguração do "Comitê" em 28 de março teria reunido cerca de 2 000 pessoas e foi oportunidade para críticas não apenas à política salarial, mas também a outras medidas governamentais (em especial, o F.G.T.S.). Foram criticadas mesmo as direções de cúpula da estrutura sindical oficial que, como a C.N.T.I., se haviam recusado a apoiar o movimento (1).

É difícil saber de que maneira esta assembléia terá contribuído para a produção dos acontecimentos que deveriam ocorrer em Contagem apenas 15 dias depois. Não obstante, algumas informações sobre a conduta dos sindicatos durante a greve, permitem supor que, dêsse ângulo, o "Comitê" apenas ofereceu uma oportunidade a mais de agitação. No plano organizatório, o "Comitê" parece ter sido mais débil que as alianças inter-sindicais então existentes em outros Estados. Organizou ainda a manifestação de 1º de maio havida em Belo Horizonte e depois foi praticamente dissolvido. As pressões da D.R.T., que só encontravam alguma resistência nos sindicatos dos metalúrgicos e dos bancários, parecem ter sido suficientes para barrar a passagem às iniciativas dos sindicalistas que queriam restabelecer o velho esquema das "organizações paralelas" (2).

(1) A reunião realizou-se com apoio do Diretório Central dos Estudantes (D.C.E.) e estiveram presentes representantes dos Movimentos Anti-Arrôcho (M.I.A.) da Guanabara e Rio Grande do Sul. Cf. CORREIO DA MANHÃ, 29/3/68.

(2) Segundo as informações disponíveis, o controle exercido pela D.R.T. é menos aparente ao nível das alianças inter-sindicais que ao nível dos sindicatos. Por exemplo, em janeiro de 1968 este organismo do Ministério impugnou três membros da

Depois de um ano de liberalização política e de "renovação sindical", a estrutura sindical da região não apresentava uma fisionomia muito diferente da anterior. Sindicatos pouco representativos, burocratizados e, além disso, estritamente controlados. Como era um período de debate dentro do governo, as "oposições sindicais" aproveitaram a oportunidade para promover agitação sobre os temas em causa. Mas ninguém dentro do governo chegou a colocar o problema sindical como um problema de organização, nem há notícia de que as "oposições" o tenham feito. Por baixo desta agitação promovida pelas direções sindicais lavrava o descontentamento e a frustração nas bases da classe operária. As frustrações provocadas pelo pequeno reajustamento de outubro de 1967, vêm somar-se os casos de atrasos de pagamento, os atrasos com o "13º salário" e os casos de dispensa em massa. Além disso, no mês de abril o clima de insatisfação já não era um fenômeno local. Na Guanabara, a morte de um estudante numa manifestação de fins de março desatara uma série de grandes manifestações de rua que deveriam assumir repercussão nacional. É neste quadro que os metalúrgicos de Contagem realizam a greve que deveria ser a primeira manifestação importante da classe operária brasileira desde 1964.

chapa vitoriosa no sindicato dos trabalhadores da Petrobrás e em fevereiro, quando já se preparava o lançamento do "Comitê", ameaçou de intervenção o sindicato dos metalúrgicos, alegando críticas que este teria feito ao plano de bolsas de estudo do Ministério. Contudo, mesmo nos casos em que a ação passível de controle é de caráter inter-sindical, o objeto do controle são normalmente os sindicatos ou federações, pelo simples fato de que as alianças inter-sindicais não têm existência legal. No caso da tentativa frustrada de outubro de 1967 de inauguração da "frente inter-sindical", há notícias de que a D.R.T. teria se resumido a chamar à ordem um sindicalista sobre uma reunião havida em seu sindicato para a elaboração de um memorial inter-sindical a ser dirigido ao Presidente da República. Tem-se a impressão de que estes sinais de indisposição oficial foram suficientes para conter a maior parte dos sindicatos, tornando-se, portanto, desnecessária uma intervenção mais dura por parte daquele organismo do Ministério. É evidente que a notável eficácia destas formas burocráticas de controle depende em larga medida da própria estrutura burocrática do sindicalismo.

2 - A GREVE DE ABRIL

A greve começou a 16 de abril na seção de trefilaria da Belgo Mineira e aí chegou a atingir 1 200 operários. Os jornais, tomados de surpresa, passaram a noticiar com detalhe o andamento dos acontecimentos mas não oferecem informações que permitam reconstituir a origem da greve no interior da empresa. As primeiras declarações do Presidente do sindicato dos metalúrgicos também não oferecem nenhum dado a respeito. Neste caso, a omissão é significativa. Suas declarações são bastante reveladoras da orientação de um sindicato que estava entre os mais agressivos da região de Belo Horizonte na crítica à política salarial além de ter sido o mais democrático em seus propósitos de promover a participação dos operários na vida sindical. Disse declarar-se surpreendido, pois a greve começara "sem que ninguém soubesse de nada". É realmente notável como mesmo uma direção sindical de tipo radical e democrático pôde adequar-se de tal modo às exigências burocráticas da instituição que terminou completamente afastada dos sentimentos reais de seus representados. De fato, ninguém sabia de nada sobre a greve, com exceção das centenas de operários que fizeram a greve. Parece que desde há algum tempo as atenções do Presidente estavam voltadas apenas para o alto, para as discussões suscitadas pelo Ministério em torno da política salarial, e lhe sobrava pouco tempo para olhar para baixo: "eles tomaram o sindicato de surpresa, pois nossa preocupação no momento é lutar contra o arrôcho salarial". Declaração que define o caráter burocrático da pressão sobre a política salarial, pois permite inferir que seu desenvolvimento deveria excluir o recurso à greve.

A greve de abril começou, portanto, fora dos marcos do sindicato. Mais que isso, começou mesmo sem qualquer forma de organização. Não obstante sejam muito poucas as informações disponíveis sobre suas origens, há indícios suficientes para supor que os embriões de organização corporativa que aparecem no movimento foram sempre posteriores aos acontecimentos e apenas buscavam alguma forma de coordená-los. Ao que se sabe,

os operários de trefilaria da Belgo-Mineira, donos já de alguma experiência em greves ocorridas antes de 1964, não se conformaram com o pequeno aumento de outubro de 1967 e passaram a pressionar a empresa por um reajustamento "fora de época" (1). A greve teria sido desencadeada no curso destas tratativas. Tem início às 7 horas da manhã, com a ocupação da empresa, e de imediato cria a organização que deveria ampliá-la e mantê-la por uma semana; os operários elegem uma comissão de 25 membros que assume a tarefa de representá-los no diálogo com os diretores, alguns dos quais ficaram detidos na fábrica.

Na primeira reunião entre grevistas e diretores, estes propõem um aumento de 10% que os operários recusam reivindicando 25% sobre o salário corrente, mais o mesmo percentual sobre as horas de trabalho noturno. Estabelecido o impasse, os diretores rompem o diálogo com a Comissão. É então que o Presidente do Sindicato é chamado para servir de mediador entre as partes. Faz-se uma segunda reunião que termina também sem qualquer resultado. O movimento, decidido a continuar, retoma sua tarefa organizatória e estabelece grupos encarregados de manter a disciplina (uma das medidas iniciais é a proibição da entrada de bebidas alcoólicas na fábrica). À tarde, o representante da D.R.T. aparece para uma visita aos diretores e surge entre os operários o temor de invasão policial da empresa. Decidem então organizar grupos de segurança. No fim do dia, já organizados em suas Comissões de representação, de disciplina e de segurança, os operários permitem a entrada dos trabalhadores do segundo turno, que conquistam para a greve e para a ocupação da empresa. No dia seguinte, a D.R.T. define a greve como ilegal. Diante disso, os operários decidem abandonar a ocupação e dirigem-se ao sindicato. As 18 horas do mesmo dia a Polícia Militar ocupa a empresa.

(1) Por lei, os reajustamentos de salário são anuais e têm épocas definidas. A lei permite, porém, que as empresas façam reajustamentos com antecipação em relação aos prazos previstos. Normalmente estas antecipações são descontadas do próximo reajustamento a ser feito sobre as bases oficiais de cálculo, pois o governo proíbe às empresas transferir para o preço dos produtos qualquer aumento salarial superior aos índices oficiais.

Até o terceiro dia da greve, quando se realiza uma nova reunião, também sem solução, para discussão do dissídio instaurado pela D.R.T., a reação das autoridades permanece limitada ao nível local. Em realidade, num primeiro momento se poderia ter a impressão de que se tratava apenas de mais uma greve de seção, fato de pequena gravidade do ponto de vista do govêrno. O Ministro do Trabalho estava seguramente informado dos acontecimentos, como se pode inferir das suas declarações posteriores, mas talvez não tivesse considerado necessário intervir pessoalmente no assunto. É só em 19 de abril, quando a greve da Belgo-Mineira chegava ao seu quarto dia, e quando o movimento já se estendera à Sociedade Brasileira de Eletrificação (S.B.E.), que o Ministro faz suas primeiras declarações.

A S.B.E., com cêrca de 500 operários, fazia a primeira greve de sua existência como emprêsa e a inexperiência não deixou de ter alguma influência em algumas das ações iniciais. Do mesmo modo que a greve da Belgo-Mineira, foi também um ato de espontaneidade operária. Em realidade, quase uma explosão do mal-estar que lavrava desde há algum tempo na emprêsa. Não teria havido nenhuma reunião formal para programar a greve que praticamente foi decidida no momento mesmo de sua eclosão. Diferentemente do que ocorreu na Belgo-Mineira, aqui os operários não conseguiram organizar-se de imediato. As primeiras tentativas de formar uma comissão não chegaram a nenhum resultado, pois as primeiras comissões propostas foram rechaçadas pela maioria e chegou a criar-se um ambiente de confusão. Finalmente alguns operários assumiram a liderança e foram acatados. A reivindicação era também de 25% de aumento, mas os grevistas acrescentaram um protesto contra a lei de salários e uma manifestação de solidariedade aos trabalhadores da Belgo-Mineira. Os operários da S.B.E. também dirigiram-se a um sindicato, como os operários da Belgo-Mineira haviam feito. Desta vez, porém, foram ao sindicato dos bancários, pois os operários da Belgo-Mineira já haviam praticamente ocupado o dos metalúrgicos.

A esta altura, o movimento ameaçava expandir-se e durar mais do que se supunha inicialmente. Tendo fracassado tôdas as tentativas de conciliação a nível local, começava a afetar o govêrno federal. Ocorre então a primeira manifestação do Ministro:

"Em Belo Horizonte, sem cumprir qualquer dos requisitos legais e superando os próprios sindicatos, grupos provocadores fecharam a trefilaria da Belgo-Mineira, ocuparam esta seção da siderúrgica e mantiveram presos engenheiros da empresa sob o pretexto de obter um imediato aumento de salário. Depois de haverem concordado em desocupar a empresa, voltaram-se no sentido de obter o apoio dos trabalhadores de outras empresas situadas na chamada Cidade Industrial (...) Os boletins distribuídos falam em derrubar o govêrno e na formação de grupos de 5 para controlar as unidades das fábricas. Não se trata, pois, de movimento justificado ou legal ou tolerável, mas de pura e simples agitação (...) Apelo então para os líderes sindicais sobre os quais jamais exerci pressão até aqui. Eles devem mostrar aos trabalhadores o perigo das medidas adotadas por aqueles que tentam envolvê-los hoje na Cidade Industrial, tôdas fora da lei, tôdas com o claríssimo objetivo de provocar a violência das autoridades que devem manter a ordem de "qualquer forma". Indicando sua intenção de dirigir-se a Belo Horizonte, acrescenta: "Farei em Belo Horizonte todos os entendimentos necessários, disposto a dialogar ainda mesmo com aqueles que se utilizaram de processos equivocados para realizar seu protesto, mas determinado, decididamente determinado, a fazer cumprir a lei em benefício desta Nação" (1).

(1) JORNAL DO BRASIL, 20/4/1968. São várias as referências à existência de boletins conclamando à formação de "grupos de 5" aproximadamente nos mesmos termos destas declarações do Ministro. Antes destas declarações, já a imprensa noticiara que na reunião de março do "Comitê Inter-Sindical", um dos discursos exortava à formação de "grupos de 4 ou de 5" para o estudo das leis salariais. Parece não haver dúvidas, portanto, de que existiram planos deste tipo. O problema, contudo, é o de saber se aqueles grupos chegaram a ter alguma realidade fora dos boletins e dos eventuais discursos. Teriam realmente existido como organização ou foram apenas um lema de agitação

As palavras do Ministro têm um conteúdo bastante claro apesar de alguma aparência de ambiguidade. No contexto político de após 1964 está evidente que o governo não se dispõe a tolerar nenhuma greve ilegal, menos ainda um movimento como o de Contagem, que não apenas ignorou a lei de greves como ameaçava romper com a política salarial. Mas diante de uma situação de fato que poderia fazer o governo? Obedecer aos ditames de sua ideologia e de suas normas legais e passar diretamente à repressão ou tratar de encontrar algum caminho para a negociação das reivindicações apresentadas? A situação concreta que enfrentava parece ter-se sobreposto à ideologia oficial e o governo tentou combinar como pôde seus recursos de negociação e de repressão, o que é, de resto, a prática corrente de qualquer Estado diante de tais situações. Enfim, embora o governo seja de formação militar, a economia é capitalista, não uma economia de guerra. As leis econômicas do mercado de trabalho não podem ser abolidas apesar de que a ideologia oficial considere ilegítimos os conflitos de classe e as normas governamentais busquem determinar rigidamente o processo de fixação do salário. Em algum momento a realidade recupera sempre seus

a mais?

A única referência que conheço sobre a real existência destes grupos, encontra-se num artigo do jornalista Itaboraí Martins: "Em cada seção da empresa de até 1 000 operários, os organizadores da greve (...) formaram grupos de 5 ativistas. Cada grupo (de mobilização contra o arrocho) dispunha de um assistente que se encarregava das funções de chefia, de um assessor de agitação e propaganda e de três arregimentadores de massa. A um nível mais alto, 10 grupos de 5 designavam um elemento que por sua vez integrava uma comissão de mobilização". Cf. O ESTADO DE SÃO PAULO, 26/4/1968.

É possível que algum esquema organizatório como esse tivesse sido proposto por alguma organização política de esquerda no curso dos acontecimentos ou mesmo antes. Contudo, é muito duvidoso que este ou outros esquemas organizatórios tivessem tido alguma oportunidade real de execução. Não duvido de que no fogo dos acontecimentos tivessem surgido vários grupos de agitação (de outro modo; como poderia a greve expandir-se?) mas sim de que estes grupos tenham tido qualquer atividade organizatória relevante. No plano organizatório, o que aparecem de fato são apenas embriões, a exemplo destas comissões formadas pelos operários da Belgo-Mineira.

direitos e isso ocorreu de certo modo em Contagem. Em certo sentido, a greve colocou o governo diante de fatos que a ideologia oficial fazia o possível por desconhecer.

A declaração inicial do Ministro avançou t^oda a escala que o governo deveria percorrer no conflito, desde a negociação até a repressão. Em primeiro lugar, ela faz um claro chamado aos sindicatos oficiais para controlar o movimento; indica a seguir uma disposição de negociar "mesmo com aquêles que se utilizaram de processos equivocados"; refere depois o sentido político anti-governo assumido pela greve e termina anunciando a disposição das autoridades de "manter a ordem de qualquer forma". Tendo em conta a ideologia oficial, é preciso reconhecer que esta escala constitui prova de um notável realismo político. Não obstante, o Estado não poderia colher em Contagem senão os frutos do que êle próprio semeou. A lei de salários entrou em crise e a lei de greves, ao invés de mecanismo regulador dos conflitos no mercado de trabalho, apareceu como simples mecanismo repressivo.

No que se refere aos sindicatos oficiais, êles não poderiam servir agora aos objetivos do Ministro mais do que serviram à classe operária para articular e representar suas reivindicações. Isto é, não poderiam servir de quase nada a nenhuma das partes, pois se não tiveram nenhuma liderança real não poderiam também aspirar a nenhuma autoridade (1). O Ministro sabia, como também os grevistas, que os sindicatos oficiais haviam sido superados pelos acontecimentos. Não obstante, êle se dirige aos sindicatos como os operários já o haviam feito. O Ministro apela para êles porque é um representante do Estado e os sindicatos são uma extensão do Estado que durante alguns decênios os governantes brasileiros se habituaram a ver exercendo algumas funções de contrôlê sôbre a classe operária;

(1) A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos viu com clareza este ponto. Quando o Ministro foi a Belo Horizonte e visitou o sindicato, os diretores lhe declararam que o movimento era espontâneo, não tinham "condições para determinar o retorno ao trabalho". Of. O ESTADO DE SÃO PAULO, 21/4/1968.

mas se eles já não funcionam, o Ministro ainda assim necessita, como representante do Estado diante de uma greve ascendente, de alguém com quem negociar e não encontra simplesmente a quem apelar (1). Devem ser muito similares a estas as razões que levaram os operários da Belgo-Mineira e da S.B.E. a se dirigirem aos sindicatos dos metalúrgicos e dos bancários. Eles, por seu turno, estavam habituados a ver os sindicatos oficiais desempenharem algumas funções de representação dos interesses operários junto às empresas e ao Estado; mas se estes já não funcionam, os operários ainda assim necessitavam de alguém com quem negociar suas reivindicações, de alguém que os representasse nessas negociações e também não encontraram simplesmente ninguém a quem apelar. Em resumo: na ausência de um sindicato autônomo, o sindicato oficial assumiu para as partes uma função meramente simbólica daquilo que cada uma delas esperava que ele fôsse.

Contudo, é evidente que esta simetria de posições em relação ao sindicato oficial (e, por extensão, ao problema geral da organização corporativa da classe operária) se assenta numa enorme diferença de perspectivas. Qualquer que seja a opinião do Ministro sobre a política salarial, seu problema imediato é o de pôr fim à greve e, deste ângulo, o sindicato oficial aparece como um dado inteiramente secundário na situação (2). Para os operários, a questão era precisamente a de como

(1) Ver a propósito a nota da pág. 25. É claro que me limito a considerar a situação num momento em que o poder de barganha dos operários crescia na medida em que a greve se ampliava. Nenhum representante de Estado se preocuparia demais com a questão das negociações se colocado diante de uma greve em descenso ou de uma greve localizada.

(2) Esta é certamente uma das razões pelas quais não houve intervenção no Sindicato. Como disse um jornalista, as características extra-sindicais da greve assegurariam o seu prosseguimento "ainda que o Ministério do Trabalho interviesse no sindicato dos metalúrgicos de Belo Horizonte, medida a que resistiu o Ministro Jarbas Passarinho, apesar das insistentes sugestões de um de seus principais assessores". Cf. O ESTADO DE SÃO PAULO, 26/4/1968. Algumas declarações posteriores do Ministro, quando justificava a intervenção sobre o Sindicato de Osasco, insistem no aspecto legal do problema. No caso de Contagem, o sindicato não participara da greve, considerada ilegal. Por este motivo, a intervenção não seria um recurso pertinente. No caso de Osasco, sucedera o contrário.

manter a greve até que suas reivindicações fôsem atendidas. Dêste ângulo, o problema imediato era de como preencher o vazio criado pelo sindicato oficial nas funções de articulação e representação do movimento.

As primeiras tentativas de organização geral da greve aparecem em 20 de abril, um dia depois da adesão da S.B.E. e da primeira manifestação do Ministério. Ocorrem na primeira assembléia dos grevistas, pouco depois da entrada de mais uma empresa no movimento, a Mannesman (cêrca de 4 500 empregados). É bem possível, aliás, que a adesão desta empresa já seja o resultado de algum esforço organizatório prévio. Embora faltem dados a respeito, a suposição é razoável pois Seabra, o Presidente eleito do sindicato, era empregado da empresa. A assembléia, reunida pouco depois desta nova adesão, decide a formação de uma Comissão de Greve e de piquetes, cuja missão seria a de tentar ampliar o movimento. Seabra é designado Presidente da Comissão.

Parecia assim que depois dos embriões organizatórios formados na Belgo-Mineira e na S.B.E., a greve teria finalmente encontrado uma forma de organização geral e, além disso, um líder. Não há, porém, indicações de que as coisas tenham ocorrido desta forma. Ao que parece, a Comissão não chegou a constituir-se de maneira efetiva. Foi menos uma direção real que um ponto de referência para a ação espontânea dos piquetes. Estes mesmo só teriam começado a funcionar dois dias depois, quando aparece um bloco de novas adesões. Em realidade, pode-se dizer que em conjunto a criatividade organizatória da greve ficou sempre muito atrás da combatividade espontânea da massa de operários. Evidentemente, os sindicatos oficiais se encontram ainda mais atrasados. Só depois dos apelos do Ministro a Federação dos Metalúrgicos despertou para os acontecimentos e enviou seu Presidente para dialogar com os diretores da Belgo-Mineira. A C.N.T.I., por seu turno, manteve-se afastada até que terminasse a greve, só então enviando um representante para examinar o problema.

Assim, quando o Ministro do Trabalho chega a Belo Horizonte na manhã do dia 20, a greve já se havia estendido a três empresas e atingia cerca de 6 000 trabalhadores. O Ministro dirigiu-se à diretoria do Sindicato buscando iniciar os entendimentos mas provavelmente já sabia que os únicos com os quais poderia negociar seriam aqueles que menciona em sua declaração anterior, como tendo utilizado "processos equivocados para realizar seu protesto". A quem se referia: às "oposições sindicais" locais ou às organizações de esquerda? Quaisquer que fossem suas intenções ao fazer esta declaração, não lhe deve ter custado muito perceber que, embora presentes aos acontecimentos, nem uns nem outros estavam qualificados para representar os grevistas. O fato é que a "oposição sindical" dos metalúrgicos estava, desde as eleições, comprometida com a diretoria do sindicato e parecia tão confusa quanto esta perante os acontecimentos. As organizações de esquerda, provavelmente presentes pelo menos desde as eleições sindicais, contribuíram eventualmente para agitar os trabalhadores locais. Contudo, se agitaram muito, também parece certo que organizaram pouco, seja porque fossem pequenas (de fato, parecem mais fortes entre os estudantes que entre os operários), seja porque estivessem também comprometidas com a perspectiva de uma retomada dos sindicatos oficiais.

Resta, portanto, a massa dos trabalhadores. Foram eles realmente que "se utilizaram de processos equivocados" e é a eles que o Ministro vai se dirigir. Assim é que, imediatamente após sua visita à diretoria do Sindicato, o Ministro tratou de falar diretamente aos trabalhadores reunidos em assembleia. Enfatizou sua intenção de diálogo e tentou esclarecer a posição do governo em relação à política salarial, mas assinalou igualmente o caráter ilegal do movimento e as implicações políticas deste fato. Suas declarações não impressionaram favoravelmente a assembleia. Os trabalhadores viram ameaças nas considerações do Ministro que extrapolavam os aspectos políticos da situação e chegavam a caracterizar a greve como o começo de um movimento de derrubada do regime. Segundo descrição de um jornal, "os operários apartearam o Ministro do Trabalho

por várias vèzes, reafirmando que seu movimento é autêntico e espontâneo, não estando ligado a qualquer grupo, tendo alguns declarado que as explicações do Ministro foram recebidas como ameaça do govêrno, quando fala em "armas, fôrça, contra-revolução e pessoas interessadas em virar a mesa" (1). Por outro lado, os trabalhadores também não aceitaram suas explicações para o atraso na reformulação da política salarial e chegaram a vaiá-lo quando disse que a nova lei em andamento no Congresso - que êle assegurava que viria no máximo até junho - possibilitaria "um aumento imediato de salários da ordem de 6 a 8%" (2).

Os atores principais do processo - de um lado, a massa de trabalhadores, de outro o govêrno (3) - delinearam suas posições tão claramente quanto podiam no cenário emprestado pelo sindicato para o encontro. É preciso notar que as diferenças de apreciação e de perspectiva são grandes e as margens de manobra pequenas para ambos os protagonistas. O poder de barganha com o qual podiam contar os trabalhadores para o diálogo era o que resultava da expansão da própria greve. Os que es-

(1) O mesmo jornal menciona também as seguintes palavras do Ministro: "... se as condições se agravarem, passando para a provocação e o desafio, vai haver luta e perderá quem tiver menos fôrça, embora não queiramos fabricar e nem nos transformarmos em cadáveres, porque há muita gente interessada em transformar operários em carga de canhão, iniciando uma contra-revolução, que saberemos enfrentar com as mesmas armas". Cf. O ESTADO DE SÃO PAULO, 21/4/1968.

(2) O Ministro acusava a oposição (MDB) de obstruir a aprovação da lei. Cf. O ESTADO DE SÃO PAULO, 21/4/1968.

(3) É preciso acrescentar que, logo após sua chegada a Belo Horizonte e antes mesmo de dirigir-se ao Sindicato, o Ministro estivera com os diretores da Belgo-Mineira "que lhe afirmaram que o movimento dos trabalhadores não era contra a Belgo mas contra o govêrno federal". Cf. O ESTADO DE SÃO PAULO, 21/4/1968. Declarações do Ministro posteriores à greve permitem duvidar que êle tenha aceito esta interpretação sem restrições. Sua opinião era de que a greve era contra a política salarial do govêrno Castelo Branco e, dêste modo, atingia apenas indiretamente o govêrno Costa e Silva, que também, segundo suas declarações perante os trabalhadores, era contra esta política e estava tentando mudá-la. Não obstante, é evidente que o caso concreto da greve era problema de seu govêrno, não do anterior.

tavam na assembléia mantinham provavelmente a expectativa de que alguns milhares mais se juntassem à greve, movidos pelos mesmos sentimentos de insatisfação que os tinham conduzido a iniciá-la. E, de fato, a greve deveria se ampliar mais no dia seguinte, com a adesão de três outras empresas, a RCA Victor, a DEMISA e a Industam, além dos 2 300 operários das demais seções da Belgo-Mineira. Contudo, na ausência de uma organização corporativa que os articulasse e representasse, eles estavam reduzidos quase que só ao impulso do movimento e à força do número. A desorganização não apenas os enfraquecia, como limitava radicalmente sua capacidade de manobra pois, não tendo representantes nem meios de negociação, estavam limitados às alternativas que o governo lhes oferecesse.

A posição forte no jogo era obviamente a do governo. De qualquer modo, suas margens de manobra também não eram demasiado amplas. Ao que parece, o Ministro teve que enfrentar algumas dificuldades entre seus colegas de Ministério para manter suas promessas em Belo Horizonte e as dificuldades seriam certamente maiores se ele tivesse desejado avançar alguns passos a mais. Pense-se ainda na rigidez típica dos governos militares em situações deste tipo.

Dentro de margens tão limitadas, eram poucos, de fato, os passos que separavam a tentativa de diálogo direto com a massa da decisão de reprimir o movimento. No mesmo dia o Ministro anuncia a preparação de uma proposta de conciliação que acompanha da seguinte afirmação: "A recusa da proposta significa declaração de guerra" (1). Para o governo, eram estes os limites do jogo. Não sem motivo, os operários haviam sentido um tom de ameaça nas declarações oficiais feitas à assembléia.

A proposta oficial, apresentada no dia seguinte, modificava um pouco a proposta feita pela diretoria da Belgo-Mineira no início da greve. Oferecia também um abono de emergência de 10% mas acrescentava que este aumento não seria deduzido no próxi

(1) JORNAL DO BRASIL, 21/4/1968.

mo reajustamento de salários. Esta concessão de um aumento de salários "fora de prazo" significava já uma primeira fissura na política vigente de compressão salarial, mas parecia ser também o limite que se permitira o governo na situação em que a greve o colocara. A diretoria do sindicato dos metalúrgicos opina favoravelmente à proposta. A assembléia dos operários a rechaça. O impasse persistia.

A greve amplia-se ainda mais no dia 22 de abril, que foi o seu momento mais alto. Mais dez empresas aderiram, já agora como resultado da ação organizada dos piquetes, formados principalmente por operários da Belgo-Mineira e da S.B.E., que assim defendiam seu título de linha de frente do movimento. As novas adesões vêm da Simel (800), Metalúrgica Belo Horizonte (800), Metalgráfica Triângulo (650), Pollig-Haeckel (500), Minas Ferro (500), Mafersa (360) e quatro outras empresas menores. Nesse dia a assembléia toma novas medidas que buscam organizar a espontaneidade do movimento. Decide ampliar a Comissão de Greve mas agora em bases diferentes da anterior, pois incluindo representantes de tôdas as novas fábricas paralizadas. As diretorias de metalúrgicos e bancários trataram também de buscar a ajuda que podiam na estrutura sindical oficial e começaram a desenvolver contatos em outros Estados do país. De novo, porém, os esforços de organização chegam atrasados. As decisões que o governo tomara depois da recusa dos trabalhadores à sua proposta não darão tempo a que esta reorganização da greve chegue a apresentar resultados.

No dia seguinte, o Ministro fala aos trabalhadores e a toda a população, utilizando uma cadeia de rádio e televisão. Reafirma a decisão do governo em conceder o abono de emergência, mas reafirma também a ilegalidade da greve "e suas possíveis consequências". Era o comêço da "guerra" (1). Era também o

(1) "... o Ministro enviou o seguinte informe ao general Jaime Portela, chefe da Casa Militar da Presidência da República: "Depois de vários encontros mantidos ontem com empregados e empregadores, fiz programa em cadeia televisão-rádio mineiros. (...) Falei claramente sobre a ilegalidade da greve e suas possíveis consequências. Empenhei a decisão do governo

começo do fim para o movimento grevista. Em obediência a estas determinações, a Polícia Militar passa a ocupar a Cidade Industrial, proíbe as assembléias, a distribuição de boletins e os ajuntamentos de rua. Desarticulavam-se, assim, os meios difusos de comunicação, que eram os decisivos, senão os únicos disponíveis para a articulação do movimento. Ao lado da presença policial, algumas emprêsas desencadeiam seus próprios mecanismos repressivos e enviam representantes à casa dos operários, chamando-os à volta ao trabalho sob ameaça de demissão.

Era o teste definitivo para a capacidade de organização do movimento. A organização corporativa que lhes faltou para negociar faltou-lhes mais ainda quando encerrou-se a fase das negociações e iniciou-se a fase dura do conflito. A greve se havia apoiado até aqui essencialmente em impulsos difusos, as insatisfações e frustrações nascidas do problema salarial e do temor ao desemprego, a mobilização eleitoral realizada pelas "oposições sindicais", aproveitando as aberturas ministeriais à liberalização dos sindicatos e, finalmente, a agitação que se segue ao período eleitoral. Não há dúvida que sua expansão foi um acontecimento importante pelo que revelou dos sentimentos individuais dos operários. Mas também é certo que só sobre essa base êle não tinha capacidade de persistir em seus objetivos. De fato, os primeiros obstáculos externos foram suficientes para estancá-lo.

Os pequenos embriões organizatórios nascidos da espontaneidade operária se revelaram demasiado frágeis para mantê-lo e as tentativas de articulação feitas pelos sindicatos dos metalúrgicos

sobre o abono de emergência, conforme combinado com o próprio Presidente. Participei até alta noite de reunião na área da segurança estadual e federal, combinando a atuação de hoje, a fim de darmos total garantia à retomada do trabalho pelos que não desejassem continuar a greve, oficialmente declarada ilegal. A Cidade Industrial hoje começa a responder muito bem às providências. A Trefilaria da Belgo-Mineira, onde começou o movimento, já está funcionando parcialmente. Idem a "Mannesman"; Monlevade, cuja adesão à greve era importantíssima, voltou à normalidade hoje". Cf. O ESTADO DE SÃO PAULO, 25/4/1968.

gicos e dos bancários foram tardias. Embora vitorioso enquanto tinha o campo aberto à expressão de sua espontaneidade, o movimento foi condenado ao fracasso desde o momento em que teve que provar sua capacidade de organização (1). Foi dissolvendo-se aos poucos, à medida que os operários, agora completamente isolados, foram retornando ao trabalho. Alguns dias depois a Cidade Industrial já havia restabelecido plenamente suas atividades. Terminara a greve de abril.

(1) A vitória parcial do movimento - qual seja a de um aumento "fora de prazo" - é um fato bastante evidente. Depois dos acontecimentos surgiram dúvidas sobre se o governo manteria ou não a palavra empenhada em seu nome pelo Ministro. Manifestando-se a respeito, o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais declarou-se favorável àquela concessão. Uma das razões por ele indicada é de que o abono "nasceu do impacto em Minas com esta greve". Cf. O ESTADO DE SÃO PAULO, 26/4/1968.

III - ORGANIZAÇÃO CORPORATIVA E ESPONTANEÍSMO POLÍTICO

O movimento de julho de 1968 em Osasco aparece, à primeira vista, como um amontoado de paradoxos. Primeiro: a greve revelou, no plano corporativo, um grau relativamente alto de organização, tanto do sindicato como da base operária, mas essa capacidade de organização foi orientada precisamente para o interior da estrutura sindical oficial, onde necessariamente deveria atrofiar-se. Segundo: embora organizado no plano corporativo (ou talvez por isso mesmo), o movimento caracterizou-se por uma concepção tipicamente espontaneísta da política que acabou por acrescentar funções políticas às funções corporativas normais do sindicato. Terceiro: o mesmo espontaneísmo político que orientou a preparação do movimento, preparou também o caminho para o voluntarismo que caracterizou a sua eclosão e acabou por levá-lo à derrota. Pretendo mostrar que não se trata apenas de paradoxos, mas de contradições reais, que fazem da greve de Osasco um dos casos mais expressivos da crise atual do sindicalismo brasileiro. Mais do que a expressão das perplexidades de uma greve, estas contradições são um verdadeiro resumo dos dilemas atuais do movimento sindical no país.

A capacidade de organização corporativa é o primeiro aspecto a ter presente na análise. Com efeito, se no caso de Contagem um problema central era o de explicar a ausência do sindicato, aqui sucede o contrário; um dos problemas é explicar sua presença. Diferentemente do caso de Contagem, a greve de Osasco foi programada, organizada e iniciada por efeito de decisões tomadas pela direção sindical local dos metalúrgicos. As organizações que deveriam articular e representar os operários, ou seja, as "comissões de fábrica" e o sindicato, são anteriores à eclosão do movimento e servem à sua preparação. Além disso, esta greve não teve condições de expansão aluvional como ocorreu com a de Contagem. De fato, ela aconteceu como um ato da vontade operária organizada no sindicato e só atingiu as empresas onde as "comissões" estavam previamente instruídas para dar execução às diretivas sindicais.

Não obstante, esta capacidade de organização não é o único as pecto de relêvo no movimento, nem convém que seja sobrestimado na análise. Trata-se em realidade de formas ainda embrionárias de organização que, apesar de sua importância como indicação da possibilidade de uma reorganização do movimento operário, não puderam manter-se completamente independentes e terminaram enredadas nos marcos da estrutura sindical oficial.

Neste sentido, é curioso observar um segundo aspecto. Se em Contagem o sindicato oficial era legal e ineficaz, em Osasco êle tornou-se ilegal pelo fato de ter-se tornado eficaz para os operários. Dêsse modo, se em Contagem o sindicato oficial, embora ineficaz, funcionou para os operários como símbolo de um sindicato autônomo inexistente, em Osasco êle passará realmente a cumprir as funções que a classe operária local lhe atribuía mas que sua condição legal o impedia de assumir.

De fato, a pequena tragédia do sindicato oficial de Osasco está em que êle levou mais longe que qualquer outro o esforço por "renovar" a estrutura sindical. Sobre a base das "comissões de fábrica" levou-se ao extremo o processo de democratização sindical e poucas vezes um sindicato no país terá chegado a um nível tão elevado de participação de base. Contudo, o que poderia parecer o embrião de uma alternativa à estrutura sindical oficial terminou sendo apenas um fato indesejável dentro da estrutura vigente. Apenas um núcleo isolado de vitalidade operária dentro de uma estrutura que a repele por lei, pela tradição burocrática da maioria dos sindicalistas e, last but not least, pela vontade dos governos. Um núcleo isolado que apenas esperava o momento de ser liquidado. Êste momento veio com a greve de julho (1).

(1) O Ministro do Trabalho decidiu intervir no Sindicato logo depois da greve, num momento em que havia ainda dúvidas sôbre sua real participação no movimento. "Houve a intervenção porque o sindicato assumiu a greve, considerou-a como própria, ainda que não tivesse sido seu autor ou que não a tivesse estimulado". Cf. O ESTADO DE SÃO PAULO, 18/7/1968. É possível inferir daí o que teriam sido as palavras do Ministro se êle, a esta altura, tivesse certeza da participação do sindicato na preparação da greve. A greve de Osasco foi um fato

Embora esta evolução do problema organizatório impeça qualificar a greve de Osasco como espontânea, isso não significa que o espontaneísmo estivesse ausente dos acontecimentos. Trata-se aqui, porém, não da espontaneidade operária de caráter corporativo, mas de um espontaneísmo que aparece nas formas um pouco mais sofisticadas de uma concepção política. A ruptura por parte da direção sindical com uma tradição burocrática de controle e manipulação levou a uma intensiva democratização do sindicato e à sua transformação no ponto de encontro de todas as insatisfações das bases operárias. Este processo de participação intensiva acabou colocando a direção sindical como o centro ao qual se dirigem todas as perguntas, não apenas as que se referem às questões econômicas, mas também as políticas. Nessas circunstâncias, a direção foi também submetida a um processo de intensa politização.

Processo muito conhecido na literatura sobre o movimento operário em todo o mundo, o sindicato de Osasco foi assim lentamente esboçando sua própria concepção política sobre a sociedade e o Estado e terminou por representar para os operários, e talvez para os próprios dirigentes, algo mais que um sindicato. Mais do que a organização corporativa que deveria articular e representar seus interesses econômicos e sociais, passou a ser também seu modo de expressão política perante o Estado e o conjunto da sociedade. Neste, como em muitos casos similares, a concepção política esboçada pelo sindicato era apenas a projeção pura e simples dos problemas do movimento

localizado (apesar das intenções eventuais de seus líderes) e teve que enfrentar uma conjuntura política mais dura que a de Contagem. Contudo, seria um equívoco tomar esta posição do Ministério do Trabalho como simples resultado destas circunstâncias. No essencial, estas palavras traduzem uma orientação tradicional do Estado brasileiro diante do problema sindical. Desde a ditadura Vargas, que criou a atual estrutura sindical como dependência do poder público, o Estado sempre foi intolerante em relação às eventuais manifestações de um sindicalismo autônomo. Os governos só liberalizaram os sindicatos quando isso serviu a seus próprios interesses e, ainda assim, só quando podiam se assegurar do controle. Como disse Albertino Rodrigues, "o sindicato brasileiro tem liberdade e autonomia só para apoiar o governo". Cf. RODRIGUES, José Albertino, op.cit., p. 98.

operário sobre o plano da política. As reivindicações econômicas foram espontaneamente deslocadas para o plano da política e transformadas diretamente em questões políticas (transferência que foi, aliás, facilitada pela conduta do Estado em relação à questão salarial). Na mesma medida em que o sindicato politizava sua orientação para fora, ele politizava também suas atividades internas. Terminou, assim, por simbolizar para os operários uma organização política que eles, em realidade, não tinham.

É importante reter o aspecto político da questão se se pretende entender o movimento. E aqui vem uma nova diferença em relação a Contagem. De fato, a greve de julho em Osasco parece dever-se menos às circunstâncias externas (sejam vinculadas à crise econômica ou aos estímulos oficiais no sentido da "renovação sindical") que à dinâmica interna do movimento operário local. Sobretudo, ela foi menos uma resposta espontânea da massa operária a qualquer situação de privação aguda que o resultado da formação de um determinado tipo de consciência política, na massa como entre seus líderes, sobre a condição de privação crônica em que se encontram. Se os aspectos econômicos conjunturais tiveram alguma importância foi, pelo contrário, por terem criado nos operários este sentimento de auto-confiança típico da conduta operária nos momentos de retomada da expansão econômica.

É possível, por certo, reconhecer nos acontecimentos uma aguda exasperação que apressou a eclosão da greve a acabou levando-a ao fracasso. Planejada para outubro, mês dos reajustes salariais em São Paulo e época em que o movimento poderia contar com um clima mais favorável, a partida foi dada três meses antes, em condições amplamente adversas. Embora os motivos desta antecipação não sejam completamente conhecidos, parece-me claro que eles não incluem qualquer influência direta ou imediata das razões econômicas. Houve exasperação, mas exasperação política. O sindicato de Osasco vinha desde há algum tempo realizando sua própria escalada e, estimulado pelo clima político e ideológico de 1968, ele decidiu levá-la até o fim

A história da greve de Osasco é a história desta escalada, em que o sindicato acabou acumulando mais funções do que poderia suportar. Da "comissão" de uma empresa, o movimento foi dirigido ao sindicato oficial. E este passou a viver a contradição de um sindicato oficial rebelde à política oficial. Como sindicato rebelde, passou à situação ambígua de representar funções de organização política. Neste passo, ele se isola das demais áreas sindicais e não chega a sentir seu próprio isolamento pois seus problemas já haviam passado a outra esfera. Não é impossível que neste momento alguns dirigentes do sindicato se acreditassem preparados para desencadear uma ação política decisiva para os rumos do movimento operário no país. De fato, desde que começaram a esboçar uma concepção espontaneísta da política, eles já estavam a apenas um passo do voluntarismo que veio a caracterizar a eclosão da greve.

1 - MODERNIZAÇÃO E ATIVIDADE ASSOCIATIVA

Os processos sociais que confluem neste movimento estão todos sob o signo do desenvolvimento econômico, da modernização e de um despertar da consciência da classe operária local. A campanha pela autonomia municipal de Osasco foi uma das manifestações destes processos. Resultou da expansão urbana de São Paulo bem como da insatisfação da população local perante a administração municipal, demasiado distante e, portanto, livre de qualquer controle por parte da população do novo bairro industrial que se desenvolvia na periferia da metrópole. Vêm, a seguir, as decisões que levaram à modernização de uma grande e tradicional empresa de origem familiar, a Cobrasma. A mudança nos padrões de funcionamento da empresa criou as condições iniciais para o surgimento da primeira "comissão de fábrica" de Osasco, a raiz principal de todo o desenvolvimento posterior das organizações operárias locais. Criou também um tipo social novo, o operário-estudante, possibilitando assim a um certo número de trabalhadores a aproximação simultânea com as atividades sindicais e com os movimentos estudan-

tis. Na mesma linha geral de modernização social pode-se referir ainda êste fenômeno mundial da reorientação da Igreja perante a classe operária que terá como um de seus resultados em São Paulo a formação da Frente Nacional do Trabalho (F.N.T.) uma das influências mais importantes dentre as que se encontram nos antecedentes do movimento de Osasco.

Pouco do que se disse acima é peculiar a Osasco. Em realidade, as condições iniciais do movimento resultam da conjugação de algumas dimensões de um processo global de transformação da indústria, da vida urbana e da condição operária que é característico de todos os setores de ponta do sistema capitalista no país. O que parece ser específico a Osasco é o fato de que êstes desenvolvimentos tenham manifestado uma forte tendência a concentrar-se sôbre alguns pontos do espaço social. Dêsse modo, o crescimento das atividades associativas, embora acompanhe normalmente os processos de modernização, apresentou em Osasco um processo bastante peculiar de entrecruzamento que vem desde a formação de suas novas associações. A "comissão" da Cobrasma, o sindicato dos metalúrgicos, o centro dos estudantes, a nova municipalidade -, tôdas estas associações formaram-se mais ou menos ao mesmo tempo e isso possibilitou a um mesmo grupo de pessoas participar de várias delas desde o início, facilitando-se assim sua articulação posterior.

O primeiro plebiscito a colocar a questão da autonomia municipal de Osasco é de 1953 e a vitória do autonomismo viria alguns anos depois, com o plebiscito de 1958. Mas a autonomia municipal deveria esperar ainda até 1962 pelos resultados de um longo processo judicial em que a Prefeitura de São Paulo opunha tôda sorte de obstáculos à separação de um de seus bairros mais ricos e prósperos (1). A campanha autonomista esta-

(1) Osasco não é o único caso de movimentos autonomistas nos anos 60 no Grande São Paulo, embora seja dos mais bem sucedidos. Não é também o único a apresentar características de mobilização popular. Seria interessante examinar a hipótese de uma relação entre a ocorrência destes movimentos (que acompanham provavelmente o surto das "sociedades de amigos de bair-

va sob a liderança de comerciantes e profissionais liberais mas não deixou de ter suas repercussões sobre amplos setores da população operária. Tornou-se assim um fato memorável na vida da nova cidade (não por acaso a sua rua mais importante se chama Avenida dos Autonomistas) e alcançou uma duração e amplitude suficientes para criar vínculos estreitos entre políticos, operários e estudantes, conferindo à política municipal de Osasco este caráter popular que ela mantém até hoje. Mais ainda, o caminho do movimento autonomista cruzou com outros processos sociais em curso e deu-lhes maior potencialidade.

A vinculação do autonomismo com a classe operária começou pela Cobrasma que na época estava empenhada em modernizar-se para atender às novas demandas criadas pela indústria automobilística e passou a solicitar de seu departamento de pessoal uma atividade mais adequada aos novos tempos. O chefe de pessoal, Albertino de Souza Olivo, era um católico aberto às idéias do Pe. Le Bret e, certamente, levou em conta suas próprias motivações no esforço a que se dedicou para empreender a renovação da vida social interna da empresa. Deu início, então, à "humanização" das relações de trabalho, admitiu alguns estudantes no seu departamento (ademais de que ele próprio ingressou na Faculdade de Direito) e, além disso, procurou aproximar-se dos operários, vindo a tornar-se o presidente da Associação Atlética da Cobrasma. A Associação passou a publicar um pequeno jornal, "Voz de Osasco", que se integrou à campanha pela autonomia, conclamando a participação popular no movimento e levantando os temas típicos dos bairros periféricos esquecidos e carentes de serviços públicos adequados. Nas eleições municipais de 1962, Souza Olivo se apresenta como candidato dos operários a Vice-Prefeito. Perdeu a eleição mas os primeiros vínculos do movimento autonomista e da futura política municipal com a classe operária já haviam sido es

ro" nos anos 50) e a ocorrência do fanatismo de 1953 que deu expressão política às reivindicações das populações da periferia da cidade.

tabelecidos (1).

As conseqüências do autonomismo não se limitam, contudo, a uma participação difusa de um setor da classe operária no movimento e na política municipal. Além disso, o autonomismo parece ter dado um forte estímulo ou, pelo menos, uma oportunidade de florescimento à vida associativa. No âmbito da campanha, ou de algum modo em relação com ela, foram fundadas ainda, em 1962, quatro associações que deverão desempenhar um papel de relêvo na história social de Osasco até 1968: a União dos Estudantes de Osasco (U.E.O.), o Sindicato dos Metalúrgicos, uma seção local da Frente Nacional do Trabalho (F.N.T.) e, finalmente, o núcleo originário da "comissão" da Cobrasma. A U.E.O. foi formada por iniciativa de alguns universitários de Osasco que estudavam em São Paulo mas no ano seguinte passou ao contrôle direto dos estudantes das escolas secundárias locais (2). O Sindicato, por sua vez, formou-se segundo um processo tipicamente burocrático, sem qualquer mobilização das bases operárias locais, por efeito da simples separação administrativa da sub-sede local do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo. O primeiro impacto recebido pelo sindicato no sentido de uma maior participação de base virá

(1) Esta evolução de chefe de pessoal a homem político, parece ter levado Albertino a uma atitude em face dos operários e empregados da empresa que não é a mais comum entre os chefes de pessoal. Numa oportunidade, depois das eleições municipais, recusou-se a cumprir uma ordem da empresa referente à punição de alguns funcionários e foi demitido, depois de algum tempo de novos desajustes e atritos. Antes de sair, porém, conseguiu ainda criar na empresa uma Cooperativa de Consumo e uma Cooperativa de Crédito. Era o ponto final de sua influência pessoal nos acontecimentos que precedem o movimento de Osasco.

(2) Osasco possuía 3 colégios em 1963 e 5 em 1964. A maior parte dos alunos dos colégios locais pertence ao curso noturno e trabalha durante o dia. Segundo informações fornecidas por um meu aluno que era estudante de curso noturno em Osasco em 1964, havia em sua turma 200 estudantes, dos quais 110 trabalhavam em empresas industriais (a maior parte, cerca de 80, nos escritórios e os 30 restantes nas linhas de produção). É esta proximidade social entre estudantes e operários em Osasco que explica a aproximação constante entre o movimento operário e o movimento estudantil na cidade.

da F.N.T., cuja seção local foi formada em fins de 1962 (1). Em fins de 1962 nascem os primeiros germes disso que virá a ser depois a "comissão de fábrica" da Cobrasma.

O autonomismo vinculara-se à classe operária através da Cobrasma e é ali também onde a F.N.T. lançará suas raízes mais firmes. A F.N.T. de Osasco começou com um agrupamento de antigos membros das organizações estudantis e operárias católicas, Juventude Universitária (J.U.C.), Juventude Operária (J.O.C.) e Juventude Estudantil Católica (J.E.C.), que inicialmente empenha-se em conquistar novos militantes nos bairros onde a Igreja tinha maior influência (em especial no "km 18" e em "Comandante Sampaio"). Não obstante, seu maior êxito deu-se precisamente naquela empresa onde as associações recentemente criadas - Cooperativa de Consumo, Cooperativa de Crédito e Associação Atlética - ofereciam um campo aberto à participação de seus ativistas.

Apoiada, portanto, desde o início, em uma base de empresa, a F.N.T. foi, em Osasco, a primeira organização a estimular a democratização da vida sindical local. Dadas as suas próprias características como organização inspirada numa filosofia cristã, ela não se propunha apresentar um programa de ação aos operários. Sua orientação geral era, antes, a de estimular a capacidade para a auto-decisão, especialmente no referente aos problemas internos da empresa. Isto não significa obviamente que renunciasse a exercer influência. Pelo contrário, buscava sempre atrair os operários, principalmente por meio de atividades culturais e de discussões sobre reivindicações. Além disso, pertenciam à organização alguns advogados trabalhistas que se colocavam à disposição dos operários sempre que surgiam problemas entre eles e a empresa.

Dê-se modo, quando ocorrem as eleições sindicais de 1963, a F.N.T. já se encontra em condições de reivindicar participa-

(1) Antes de Osasco, a F.N.T. já se havia estabelecido em Cajamar, onde liderou duas longas greves de empresa (Perus) nos anos 1961 e 1962.

ção na nova diretoria e os "situacionistas", vinculados ao sindicato de São Paulo, então sob hegemonia dos comunistas, concordam em conceder-lhe algumas posições na chapa. É assim que, embora nascido de uma decisão burocrática, o sindicato começa seu caminho no sentido de promover a participação operária. Os "frentistas", orientados para promover a auto-decisão, estimulam a mobilização da base e os "situacionistas", para não perder terreno, se vêm obrigados a responder no mesmo tom (1).

Não obstante a influência inicial da F.N.T. sobre a vida sindical, é a "comissão" da Cobrasma que deverá tornar-se o mais importante fator da transformação sofrida pelo sindicato dos metalúrgicos nos anos posteriores a 1964. A "comissão", nascida do processo de modernização em que a empresa apenas começava a empenhar-se, foi um acontecimento marginal ao sindicato recém-fundado e surgiu de certo modo contra êle. Em fins de 1962, alguns operários da F.N.T. tomaram a iniciativa de formar uma comissão de 10 membros para apresentar suas reivindicações (adicional de insalubridade para uma seção e medidas de segurança) diretamente à direção da empresa. A simples for

(1) Não obstante, o sindicato de Osasco não diferia muito dos demais nesses anos que compõem a etapa final do regime populista. Embora divergissem em muitos aspectos, "frentistas" e "situacionistas" identificavam-se nas suas idéias básicas sobre a situação política brasileira e estavam ambos igualmente solidários com a orientação populista então dominante no sindicalismo e no governo Goulart. Do mesmo modo, não foram muito diferentes para o sindicato de Osasco as consequências da queda de Goulart. Também aí houve uma intervenção federal e ambos os grupos foram obrigados a bater em retirada.

Contudo, quando se compara Contagem e Osasco, talvez se possa atribuir a esta última cidade uma capacidade maior de articulação e de rearticulação da vida associativa. Os estudantes que haviam dissolvido a U.E.O., logo depois de 1964, foram os primeiros a recuperar-se. Provavelmente influenciados pela persistência das associações estudantis em escala estadual e nacional (apesar dos acontecimentos de 1964, a UNE e a U.E.E. subsistiram até 1968), os estudantes criaram com a mesma equipe básica da extinta U.E.O., o Clube dos Estudantes de Osasco (C.E.O.) e se dirigiram para o restabelecimento de seus vínculos com o movimento operário local. Além disso, já em 1965 as autoridades suspendem a intervenção no sindicato que realiza no mesmo ano suas primeiras eleições no novo regime. Voltam, portanto, os "frentistas" e os antigos "situacionistas" às atividades sindicais.

mação da comissão significava (especialmente para os contra-mestres que se associaram à iniciativa proposta e que desconfiavam da seriedade do sindicato) que a intervenção sindical na questão era considerada desnecessária ou ineficaz. Por sua parte, o sindicato - a esta altura envolvido, como muitos outros, nos meandros da política populista -, não deu importância ao assunto, se é que chegou a saber dele.

Por outro lado, a direção da empresa, que se encontrava em re-composição e havia recentemente admitido um diretor administrativo com opiniões liberais sobre as relações de trabalho, recebeu bem a idéia da formação de uma comissão que via como o meio adequado para resolver seus problemas com os operários através de negociações diretas e rápidas. Ademais sem a intervenção da sindicato que considerava comprometido apenas com a promoção da agitação. Dêsse modo, aceitou estudar as reivindicações mas colocou dúvidas quanto à real representatividade da comissão. Depois de alguma discussão, ambas as partes concordaram, finalmente, em que a comissão de 10 membros seria considerada como provisória enquanto se preparavam as eleições que deveriam constituir uma comissão realmente representativa. Contudo, as eleições só vieram a ser realizadas em 1965 e assim a comissão provisória teve um período bastante longo de experiência.

Nas circunstâncias em que então se encontrava a empresa, é difícil distinguir nas realizações da comissão provisória entre aquelas que os empresários deveriam cumprir por força de seu próprio programa de modernização e aquelas que se devem a iniciativas operárias independentes. Registre-se, porém, como conquistas atribuídas à comissão o restaurante da empresa e a inspeção realizada pela D.R.T. numa seção (da inspeção resultou para os operários um adicional de 17,5% sobre o salário mínimo). De qualquer modo, não há razões para supor que o trabalho da comissão provisória tenha sido particularmente difícil. No processo de modernização da empresa os velhos mestres foram substituídos por novos engenheiros e alguns desses mostraram simpatias pelos operários nos problemas internos em

que êstes se opunham aos chefes de serviço mais conservadores. Em conjunto, seria possível dizer que as atividades da comissão provisória atenderam, pelo menos parcialmente, às expectativas da direção da empresa tanto quanto às dos operários. Ajudaram, por um lado, a estabelecer um clima de tranquilidade na empresa e, por outro, não deixaram de comunicar, em algumas oportunidades, um sentimento de coesão social aos trabalhadores.

A comissão provisória da Cobrasma encerrou seu período em 1965, com duas realizações que deveriam ter repercussão no desenvolvimento organizatório da classe operária local. Promoveu a participação massiva dos operários da empresa nas eleições sindicais, iniciando assim uma tendência de volta ao sindicato que deveria acentuar-se ainda mais nos dois anos seguintes. Finalmente, promoveu as eleições internas que levaram à formação da comissão representativa. Estas eleições internas foram, sem dúvida, um fato importante tanto para a empresa como para o sindicato.

Dentro da empresa, a comissão representativa, composta de 20 membros cada qual representando uma seção (1), adquiriu margens bastante amplas de independência e desenvolveu uma atividade intensa e por vezes agressiva, de tal modo que as pessoas começaram a lembrar-se da comissão provisória como um organismo dócil à direção da empresa. Além dos vários conflitos menores em que a comissão funcionou representando os operários, ela chegou a dirigir uma greve da empresa em 1965.

No sindicato, a comissão representava uma grande empresa e, além disso, era o grupo de base mais articulado dentre os que haviam apoiado a nova diretoria formada por "frentistas" e antigos "situacionistas". Rápido seu dinamismo e capacidade de ação chegaram a pôr na sombra a própria direção sindi-

(1) A comissão representativa tinha dois executivos. Um deles era José Ibrahim, um estudante-operário que havia se destacado como membro da comissão provisória. José Ibrahim foi eleito depois presidente do sindicato e tornou-se seu principal líder. Foi o dirigente da greve de julho de 1968.

cal. A tendência iniciada pela comissão provisória com a decisão de levar os operários a participar das eleições sindicais chegava assim ao seu limite máximo. Agora a comissão representativa da Cobrasma não apenas participava como, em realidade, era a principal influência sobre o sindicato. Dêste ponto em diante, as relações entre a comissão, como organização de base, e o sindicato, como organização burocrática de cúpula, começam a mudar de sinal, ou seja, a comissão começa a inverter a direção do processo originário de sua própria formação. Nascida de baixo e à margem do sindicato, ela agora começava a pressioná-lo no sentido de que passasse a estimular de cima a formação de comissões em outras empresas. Evidentemente, estas novas comissões, diferentemente da primeira, já nasceriam dentro do sindicato e, portanto, subordinadas a êle.

Contudo, esta orientação só começa a dar alguns frutos depois de 1967, quando José Ibrahim, da comissão da Cobrasma, é eleito para a presidência do sindicato. É então que se completa o processo de inversão com a incorporação pelo sindicato das novas comissões que êle próprio passa a formar apoiado na incorporação anterior da própria comissão da Cobrasma. Quando o sindicato foi submetido à intervenção com a greve de julho, veio abaixo todo êste contraditório arranjo organizatório, formado por uma comissão originariamente autônoma e um sindicato estruturalmente dependente.

Poder-se-ia considerar como inelutável esta alternativa organizatória seguida pela comissão da Cobrasma? Parece-me difícil aceitar uma tal hipótese. Em realidade, é possível imaginar outras alternativas também compatíveis com a situação concreta. Mesmo mantendo relações com o sindicato oficial, a comissão poderia ter estimulado a formação de outras seguindo uma linha horizontal, sem comprometer-se com êle no plano organizatório. Além disso, porque não admitir a possibilidade de que várias comissões formadas pela base pudessem, num prazo mais ou menos longo, oferecer condições para a formação de um sindicato independente na cidade? Meu objetivo aqui não é

o de especular sôbre alternativas para a estrutura do sindicalismo oficial, mas sugerir a idéia de que a alternativa seguida pela comissão da Cobrasma não era inevitável e foi, em realidade, uma escolha entre outras também possíveis. Minha hipótese é que na escolha feita se observa uma influência da ideologia populista vigente no sindicalismo brasileiro antes de 64 (o mesmo tipo de influência que em outros lugares conduziu à tentativa de reconstituir as "organizações paralelas").

A estas considerações sôbre o desenvolvimento das atividades associativas em Osasco em 1965 há que acrescentar que, em parte, a intensa atividade da comissão da Cobrasma se deve tam**­**bém às circunstâncias geradas pela crise econômica e pela conjuntura política. O ano de 1965 foi marcado por uma forte depressão econômica que não deixou de ter suas repercussões em Osasco, embora estas tenham sido muito menos graves que em outras cidades (1). Os problemas vividos naquele ano pela classe operária de algumas cidades do Grande São Paulo não estão muito longe daqueles que ainda se manifestam em Contagem em 1967 e 1968: desemprego, atrasos de pagamento, atrasos no "13º salário", quebra de empresas etc.. Do mesmo modo que em Con-

(1) Por exemplo, não se registram referências a greves por atraso de salário nas indústrias de Osasco, embora a imprensa faça menção a vários casos no Grande São Paulo. Por outra parte, a população operária empregada em Osasco não parece ter sofrido o desemprego em sua própria carne, mas sim através de um ato de solidariedade aos desempregados que residiam na cidade (cêrca de 2 000 em 1965). No segundo semestre de 1965, a Igreja, juntamente com alguns sindicatos do Grande São Paulo, organizou uma campanha de ajuda aos desempregados e "per**­**to de 30 000 boletins foram dirigidos aos operários de Osasco concitando-os a tomar consciência do problema e solicitando-lhes a concessão de uma ou duas horas mensais em favor do desempregado. Estima-se que um têrço do operariado atendeu à solicitação. As indústrias facilitaram o desconto nas fôlhas de pagamento...". A campanha durou quatro meses e "resultou de um manifesto de D. Jorge, bispo de Santo André, de um manifestos da Ação Católica Operária (A.C.O.) de São Paulo e de uma carta de D. Helder Câmara sôbre o problema do desemprego em meados dêste ano (...). Osasco tinha mais de 2 000 desempregados, a maioria do setor não qualificado e o restante demitido da Capital e vizinhanças. Os trabalhadores qualificados do município ficaram sem emprego transitóriamente". Cf. FÔLHA DE SÃO PAULO, 2/1/1966.

tagem dois anos depois, também aqui a insatisfação se combina com uma conjuntura de liberalização, neste caso propiciada pelas eleições diretas para os governos estaduais. Embora o movimento sindical não chegasse ao nível que veio a alcançar em 1968, havia um clima de relativo desafogo e de retomada das campanhas salariais que buscavam compensar as perdas sofridas pela classe operária no ano anterior (em geral, os sindicatos tomavam por base o procedimento de cálculo anterior a 1964). Surgem também algumas pequenas greves por atraso de pagamento. Contudo, a passagem das campanhas salariais à greve por aumento de salário estava, como ainda hoje, quase que completamente impedida por obstáculos legais. É expressiva destas dificuldades a greve de novembro de 1965 dos sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos. Do mesmo modo que em Contagem, também no Grande São Paulo os mecanismos institucionais eram demasiado estreitos e geravam o mesmo tipo de frustração (1).

(1) De fato, a greve realizada em 1965 pelos sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos é um exemplo de como a lei obrigou à transformação da greve numa espécie de ritual. Havendo cumprido com todos os requisitos legais, os sindicatos programaram o movimento para o dia 6 de novembro. Como disse o presidente dos metalúrgicos de São Paulo, os sindicatos continuariam cumprindo a lei e assim "os operários paralisaram os trabalhos e aguardarão o resultado do julgamento do dissídio coletivo pelo Tribunal Regional do Trabalho". Acontece, porém, que o dia 6 de novembro era um sábado e a Justiça do Trabalho programara sua decisão para segunda-feira e a greve não poderia prosseguir depois do pronunciamento da Justiça. Disse com muita razão o representante da D.R.T. depois de reconhecer a legalidade do movimento e de apelar aos trabalhadores a que trabalhassem normalmente: a greve "não poderá trazer benefício algum". "Seria uma greve de praticamente um dia, visto que após o julgamento do dissídio pelo T.R.T. a categoria terá que voltar às fábricas". Assim foi feito. No dia 9 de novembro, os trabalhadores de volta ao trabalho tiveram notícia de que o T.R.T. lhes concedera 45%, apenas 5% a mais do que os patrões haviam oferecido. Cf. FOLHA DE SÃO PAULO, de 4 a 9 de novembro de 1965. Este caso é realmente expressivo dos mecanismos previstos pela lei de greve. As exigências legais para uma greve por aumento de salários são de tal ordem que esta só pode ter eficácia como pressão para evitar eventuais atrasos da Justiça no julgamento do dissídio. Se a D.R.T. e o T.R.T. funcionarem com um mínimo de eficácia e se desejarem evitar as greves, essas se tornam praticamente impossíveis.

2 - DIREÇÕES SINDICAIS E PARTICIPAÇÃO DE BASE

As considerações anteriores sôbre as condições econômicas e políticas externas não podem obscurecer o fato de que a formação e o desenvolvimento da comissão da Cobrasma foi o fato realmente decisivo para as mudanças verificadas no sindicato dos metalúrgicos de Osasco desde 1965 e especialmente depois de 1967. Sôbre a significação das eleições de 1967 no quadro do sindicalismo paulista, basta dizer que foram as únicas em que as "oposições sindicais" obtiveram uma vitória completa, sem compromissos com os grupos ligados às intervenções ou mesmo com os "situacionistas" anteriores a 1964. Do mesmo modo, é depois destas eleições que se estabelecem mais claramente as linhas de organização e de orientação que deveriam conduzir aos acontecimentos de julho de 1968.

Evidentemente, também estas eleições foram influenciadas, em algum grau, por circunstâncias externas. Foram certamente influenciadas pelo clima de recuperação vigente no movimento sindical em 1965 e 1966 (1), bem como pelo novo ambiente político criado com a inauguração do governo Costa e Silva e pela abertura dos debates sôbre a política econômica, a questão salarial e a "renovação sindical". Não obstante, as influências externas importantes pertencem ao âmbito da própria cidade de Osasco e de novo é a política municipal que desempenha o papel principal.

As relações entre o pleito sindical e as eleições para prefeito e vereadores foram bastante próximas. Nestas, a vitória do partido da oposição (M.D.B.) foi completa: elegeu 16 vereadores, contra 7 da ARENA, e atingiu também o primeiro e o segundo lugar na eleição de prefeito (cada partido apresentou dois candidatos a prefeito e os dois do M.D.B. obtiveram mais

(1) O ano de 1966 segue aproximadamente o mesmo tom de 1965. São exemplos disto as greves por atraso de pagamento na Cia. Tinsley & Filhos, na Fabrica de Auto-Peças Risolit, e alguns casos de protesto, também por atraso no pagamento. Repetem-se as campanhas salariais que formulam reivindicações com base nos procedimentos de cálculo anteriores a 1964.

de 70% dos votos). O nôvo prefeito, que aliás pertencia a um bairro de alta concentração operária ("km. 18"), não se esqueceu de reforçar sua campanha com o apoio das organizações sindicais e estudantis. Do mesmo modo, tratou de obter sua colaboração na administração designando para a assessoria da Prefeitura um estudante, indicado pelo C.E.O., e um operário, indicado pelo sindicato. Entre os vereadores foram eleitos um associado do C.E.O. que era ao mesmo tempo membro da comissão da Cobrasma e dois operários como suplentes. Vários estudantes foram convidados a colaborar em funções diversas na administração municipal. A relação entre as eleições municipais e as eleições sindicais assumiu finalmente um caráter direto: muitos dos que foram chamados a colaborar no governo municipal participaram das eleições no sindicato em favor da chapa apoiada pela comissão da Cobrasma. Em alguns aspectos, Osasco revivia na escala do município a experiência nacional dos anos 60 de uma aliança entre sindicatos e políticos populistas.

Nas eleições sindicais perfilam algumas das orientações típicas do sindicalismo brasileiro. A chapa apoiada pela diretoria eleita em 1965 perdera o apoio da F.N.T. e da comissão da Cobrasma e ficara com o apoio dos comunistas e do conjunto do "situacionismo" anterior a 1964. Fêz sua campanha pondo a ênfase nos serviços assistenciais prestados pelo sindicato mas chamava igualmente a atenção para a defesa das conquistas operárias, defendia uma política sindical favorável a novos aumentos de salário e se opunha à política de salários do governo (embora afirmando também a necessidade de relações de cooperação com os patrões). Apareceu também uma segunda chapa declarando-se apolítica e apresentando um programa essencialmente assistencialista, mas sem alcançar nenhuma importância eleitoral. A disputa real era entre a chapa vinculada à direção do sindicato e a chapa presidida por José Ibrahim.

A chapa de José Ibrahim foi apresentada por um grupo composto pela comissão da Cobrasma, pela F.N.T. e pelo C.E.O. (por meio dos estudantes-operários vinculados à associação). Sua campa

na teve um caráter eminentemente político de crítica ao regime. Defendia a sindicalização massiva como forma de crescimento da força da classe operária e, ao mesmo tempo, pregava a necessidade da expansão das comissões de fábrica às quais caberia a tarefa de organizar esta força pela base. Por outra parte, insistia em que as reivindicações salariais, embora importantes, não deveriam se constituir num mito e procurava argumentar com a idéia de que os aumentos de custo de vida são, enfim, sempre maiores. Além disso, considerava como irrelevantes as reivindicações específicas de empresa (afirmação surpreendente para uma chapa apoiada por uma comissão de fábrica, mas que provava a quanto chegara a reorientação do processo de desenvolvimento da comissão). Os pontos do programa resumiam-se no seguinte: 1 - liberdade sindical, 2 - luta contra o arrôcho salarial, 3 - contrato coletivo de trabalho, 4 - propagação das "comissões de fábrica". Na campanha nunca se fez qualquer referência às questões ligadas à assistência social. A chapa venceu as eleições por maioria absoluta, indício seguro da importância assumida pela comissão da Cobrasma na política sindical local e do radicalismo das opiniões dos metalúrgicos filiados ao sindicato.

José Ibrahim era o líder da comissão e do sindicato, mas se encontrava em minoria na nova diretoria, onde a F.N.T. era o grupo mais numeroso. Esta condição minoritária do líder vai se constituir num fator adicional para estimular o processo de expansão da participação das bases na vida sindical. Para êle, a expansão da participação era não apenas uma questão de convicções pessoais, mas também uma necessidade criada pela política interna do sindicato, pois sua força dentro da diretoria dependia diretamente de seu prestígio de massa e de sua habilidade em fazer-se intérprete dos sentimentos e aspirações dos associados. Assim, sua orientação fundamental se enfeixava num lema fundamental, "fazer o que a massa quer". Desta maneira, o presidente estimula como pode a participação das bases, mas, por outro lado, estimula também o desenvolvimento no sindicato de uma concepção tipicamente espontaneísta da política. Vindo de uma campanha eleitoral radical (e apóia

... em parte nos temas propostos pela conjuntura política nacional), êle define a ação do sindicato e o sentido da participação da base em termos diretamente políticos: o sindicato é um órgão de luta contra o regime e seu tema específico de combate é a política salarial do governo. Desde o início de sua gestão, portanto, se observa a tendência a traduzir direta e imediatamente os temas econômicos em temas políticos.

Na mesma medida em que se promovia a democratização do sindicato e em que se fortaleciam as tendências à politização dos temas econômicos, a organização corporativa caminhava para adquirir traços de organização política. Por meio das assembleias gerais ou das "assembleias de fábrica" (em verdade realizadas no sindicato), se discutiam e se decidiam quase tôdas as questões das quais dependia a orientação do sindicato. Submetido ao contrôle de uma democracia de massas, o sindicato tornava-se, ademais, bastante forte para olhar com independência as tentativas de influência das organizações políticas, quaisquer que fôssem. Por outra parte, parece que as organizações políticas que eventualmente se aproximaram do sindicato neste período eram na realidade praticamente irrelevantes como organizações operárias e terminaram por submeter-se ao mesmo espontaneísmo. Também o C.E.O. foi incapaz de manter sua independência ante o sindicato. Em realidade, talvez estivesse interessado precisamente no contrário, visto que não apenas se subordina ao sindicato em cumprimento à sua concepção de uma aliança entre operários e estudantes, como depois de algum tempo se dissolve nêle e antes mesmo de julho de 1968 já havia desaparecido como associação autônoma.

Do mesmo modo que a massa operária reunida era o juiz definitivo de tôdas as eventuais divergências na direção do sindicato, a liderança pessoal de Ibrahim sôbre a massa era o princípio de articulação de tôda esta mescla organizatória de operários, políticos e estudantes. O sindicato passara a ser o centro de tudo e de todos.

Esta tendência do sindicato a viver intensamente para dentro

sofreu uma pequena interrupção a partir dos preparativos de setembro e outubro para a campanha salarial de 1967 (1), oportunidade em que as alianças sindicais de Osasco foram submetidas a teste. Formava-se à época o Movimento Inter-Sindical Anti-Arrôcho (M.I.A.) com os setores mais agressivos do sindicalismo paulista e o sindicato de Osasco aderiu à nova "organização paralela" emergente. Contudo, o simples fato de ser o único sindicato onde as oposições ocupavam a direção é indicação suficiente de sua condição marginal perante os sindicatos que compunham o M.I.A.. Era o único com uma real participação de base e habituado a conclamar a presença dos operários, enquanto que os outros estavam aferrados aos manejos burocráticos de cúpula. Essa diferença de estilo, mais as diferenças substanciais da orientação política, acabaram transformando a participação de Osasco (à qual se somou a participação das "oposições" dos metalúrgicos e bancários de São Paulo e dos estudantes através da UNE e da UEE) numa fonte de atritos constantes, que só não acarretaram maiores consequências porque a nova "organização paralela" teve uma vida bastante curta.

Em realidade, o M.I.A. nasceu sob o signo da crise numa tumultuada assembléia realizada em novembro de 1967 e dissolveu-se alguns meses depois (2).

(1) Em outubro, os sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo, Guarulhos e Osasco associaram-se para a campanha salarial. O sindicato de São Paulo chegou a prometer uma greve para 17 de novembro "se até aquela data o T.R.T. não tivesse julgado o dissídio coletivo". Mas o T.R.T. julgou o dissídio, concedendo 26% (a reivindicação era de 56,7%) e não houve greve. A influência de Osasco na carta reivindicatória parece ter-se limitado aos itens referentes às convenções coletivas de trabalho e ao conselho sindical de empresa. Na opinião de Ibrahim, o dissídio "só serviu para mostrar que os trabalhadores atravessam um momento difícil e que seus apelos nem chegam a ser ouvidos pelos empregadores". Cf. FÓLHA DE SÃO PAULO, 12/10/1967 e 15/11/1967.

(2) A assembléia de novembro de 1967 que deu origem ao M.I.A. já indicava as tensões internas que deveriam levar a nova "organização paralela" à dissolução. Esta reunião teve um caráter eminentemente político, menos por vontade de seus diretores que pela presença dos estudantes (UNE e UEE) e dos operários de Osasco, somados às "oposições" dos metalúrgicos e bancários de São Paulo. A mesa diretora foi obrigada a aceitar sob pressão do plenário o direito de Ibrahim ao uso da pala-

A segunda e última assembléia do M.I.A. realizou-se em Osasco em dezembro e foi presidida por Ibrahim, na qualidade de anfitrião. Durante a reunião, o representante de Osasco leu a carta de princípios do sindicato que propunha a formação de uma Central Única dos Trabalhadores e a canalização para ela do movimento contra a compressão salarial. Além disso, o sindicato de Osasco proclamou sua abertura à participação dos estudantes e solicitou a presença de um de seus representantes à mesa diretora dos trabalhos. Comunicou ainda à assembléia suas próprias perspectivas em relação à comemoração do 1º de maio de 1968 (1). A reunião terminou com a leitura de um manifesto proposto pela mesa conclamando os trabalhadores "à luta pela organização independente" (2). A partir desta assembléia, a divisão interna do M.I.A. passou a constituir uma realidade difícil de superar.

A maioria dos dirigentes sindicais participantes do M.I.A. aceitava um movimento contra a compressão salarial enquanto este permanecesse dentro de limites que não arriscassem uma intervenção por parte do Ministério do Trabalho. A única forma de desenvolver um movimento deste tipo seria a de evitar sua ampliação além dos limites das direções sindicais, mantê-lo a nível de cúpula, limitar a participação de base (e, evidentemente, excluir de toda a participação dos estudantes). Assim, a campanha foi programada para ser feita através de telegramas e proclamações firmadas pelas direções sindicais ou de apelos dirigidos ao Ministério do Trabalho com a assinatu-

vra (ê ele não estava inscrito para falar). Noutra oportunidade teve que aceitar, nas mesmas condições, a palavra do presidente da UNE, Travassos. E ao final da reunião houve um terceiro incidente quando o presidente dos metalúrgicos de São Paulo lia o texto do manifesto proposto pela mesa. Parte do plenário vaiava e gritava: "está fraco", "está frouxo", "a mesa é de pelegos". Cf. FÓLHA DE SÃO PAULO.

(1) Ibrahim apelava à que os trabalhadores rompessem com a tradição populista do 1º de maio como a comemoração da "paz social" e pedia que se organizassem para que "o próximo 1º de maio seja autêntico, sem festinhas ou jogos de futebol promovidos pela classe patronal". Cf. FÓLHA DE SÃO PAULO, 18/12/67.

(2) Cf. FÓLHA DE SÃO PAULO, 18/12/1967.

ra do maior número possível de operários (o M.I.A. dissolveu-se antes de promover êstes apelos de massa). Deveria permanecer estritamente ao nível do debate oficial, dando apoio àquele setor do governo, precisamente o Ministério do Trabalho, que manifestava interêsse em mudar a política salarial. Finalmente, para evitar a intervenção, deveria, sobretudo, evitar a greve.

Para Osasco, bem como para as "oposições" dos metalúrgicos e dos bancários de São Paulo, a orientação da campanha se colocava em bases bastante diferentes: êles enfatizavam a idéia das "comissões de fábrica", propunham a formação de uma Central e consolidavam a convicção de que só através do recurso à greve seria possível mudar a política salarial (1).

Também as autoridades aproveitaram a oportunidade oferecida pela reunião de dezembro para definir os limites do jôgo e ameaçaram o sindicato de Osasco com a possibilidade de uma intervenção. Referindo-se ao radicalismo manifesto na assembléia, a D.R.T. dirigiu-se diretamente contra José Ibrahim: "foi o próprio presidente do sindicato, José Ibrahim, quem tomou a iniciativa da radicalização". Acusando-o pela leitura da carta de princípios de seu sindicato e por haver permitido a participação dos estudantes, a D.R.T. apresentou à direto-

(1) Depois dos incidentes do 1º de maio de 1968, o jornal "O Estado de São Paulo" interpretava a divisão interna do M.I.A. nos seguintes termos: "Os incidentes (...) deram forma à rivalidade entre as facções soviética e chinesa do movimento comunista na disputa pela liderança sindical paulista. O primeiro indício de que as divergências eram de profundidade no referente à tática a adotar na luta sindical surgiu em dezembro de 1967, quando no sindicato dos metalúrgicos de Osasco estudantes e operários da linha chinesa impediram àqueles da linha russa de usar a palavra, agredindo um dirigente sindical e quase consumando a agressão de um deputado do MDB..." A luta de tendências se manifestou dentro do próprio M.I.A.. Em dezembro, por exemplo, os estudantes chamavam de "pelego" todos aquêles que não estivessem na linha de ação do sindicato dos metalúrgicos de Osasco"... "Essas divergências se tornaram evidentes nos manifestos distribuídos (no 1º de maio). Os "chineses" falavam de "luta de classe contra classe", pregavam a constituição de "comissões de fábrica"... Cf. O ESTADO DE SÃO PAULO, 3/5/1968.

ria dos metalúrgicos de Osasco as seguintes alternativas: destituição do presidente pela própria diretoria do sindicato, revogação do mandato do presidente pela D.R.T., destituição de toda a diretoria do sindicato. A resposta da diretoria do sindicato foi um ato de solidariedade a Ibrahim ao mesmo tempo em que buscava apoio junto a outras direções sindicais para evitar a intervenção (1). Seja pela solidariedade recebida por Ibrahim, seja porque a D.R.T. não tinha nesse momento realmente interesse em intervir mas apenas em marcar sua própria posição na situação, o fato é que a intervenção não veio. De qualquer modo, é certo que estes incidentes contribuíram para o rápido processo de dissolução em que o M.I.A. entrou nos meses seguintes.

Quem observe, independentemente dos incidentes relatados acima, os poucos meses de atividade do M.I.A., não poderia deixar de se perguntar: teria o M.I.A. verdadeiras razões para existir além daquelas que se originaram na tradição populista do sindicalismo brasileiro? De fato, a primeira "organização paralela" criada no movimento sindical após 1964 revelou-se tão impotente quanto a própria estrutura sindical oficial que, supostamente, deveria ser capaz de dinamizar. Em realidade, a ação das "oposições" (incluído o sindicato de Osasco) está mais próxima (ainda que não o soubessem ou desejassem) daquilo que foram as "organizações paralelas" no início dos anos 50, do que o M.I.A., que tentou conscientemente revivê-las.

(1) Algumas das razões de alguns sindicalistas para apoiar Ibrahim contra a intervenção são bastante reveladoras. É curioso observar que embora opondo-se à intervenção, vários sindicalistas mostram uma adesão fundamental à estrutura sindical, inclusive naquilo que ela tem de inequivocamente repressivo. O segundo secretário do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo manifestou-se contra uma possível intervenção em Osasco mas, ao mesmo tempo, revelou a seguinte opinião sobre os incidentes: "A agitação em plenário depende da mesa diretora. As autoridades têm o direito de tomar medidas e, se algo de grave vem a ser apurado, o diretor indiciado pode ser destituído". Um diretor dos têxteis opinou da seguinte maneira: "Uma intervenção será ainda pior porque os agitadores teriam mais uma razão para perturbar a luta contra o arrôcho salarial". Cf. FOLHA DE SÃO PAULO, dias 22 e 23 de dezembro de 1967, respectivamente.

Do mesmo modo que a estrutura sindical oficial em seu conjunto, o M.I.A. não tinha um real interesse na mobilização das bases operárias e tinha que se manter, aliás de maneira muito precária, ao nível dos arranjos de cúpula. Em consequência, não tinha também nenhuma capacidade real de controle de massas que pudesse servir de alguma coisa a qualquer setor do governo. Portanto era incapaz de atingir seus próprios objetivos, pois não tinha nenhum poder de barganha. Não servia para nada nem para ninguém, exceto talvez como justificativa ideológica para um setor da burocracia sindical. O M.I.A. dissolveu-se em abril de 1968 dando lugar à Comissão Executiva para a Elaboração do 1º de Maio. Foi pior a emenda que o soneto (1). Depois disso, cansados e incompreendidos, tanto por parte da classe operária quanto por parte do governo, os sindicalistas do M.I.A. desistiram e voltaram às atividades de rotina. Por sua parte, os dirigentes sindicais de Osasco voltaram aos seus redutos, mais desiludidos que antes em relação aos seus aliados no sindicalismo oficial.

(1) O 1º de Maio apresentou-se como um teste para a capacidade de mobilização e de controle do M.I.A. sobre a massa operária. Foi além disso um teste de seu poder de barganha para manter negociações com os governantes. Em qualquer desses pontos, o fracasso da Comissão Executiva do 1º de Maio foi o mais completo possível. No quadro das divergências internas do M.I.A. as comemorações do 1º de maio apareciam como um símbolo das diferentes orientações apresentadas. Toda a polêmica centrava-se na questão do comparecimento do governador do Estado, que fora convidado pela Comissão mas cuja presença era repelida pelas "oposições" sob a liderança de Osasco. O governador foi vaiado e apedrejado apenas iniciava seu discurso no comício de abertura das comemorações e praticamente expulso do palanque juntamente com sua comitiva e um número de dirigentes sindicais. Depois disso, as "oposições" junto com os estudantes realizaram seu próprio comício e desfilaram pelo centro da cidade em passeata. A Comissão se demonstrara incapaz de mobilizar sua própria massa e de controlar a que havia comparecido. Em consequência, mostrou-se também incapaz de se colocar em posição de diálogo com o governador.

3 - O VOLUNTARISMO ESTUDANTIL E A ECLOSÃO DA GREVE

A partir de abril, quando ocorre a greve de Contagem e quando se dissolve o M.I.A., o sindicato de Osasco iniciou sua volta ao isolamento e sua marcha para a exasperação voluntarista que deveria caracterizar a greve de julho. Algumas declarações de Ibrahim à imprensa permitem supor que a ruptura - con-sagrada de maneira violenta pelos incidentes do 1º de maio - com os sindicatos que compunham o M.I.A. parece ter levado também a um afastamento em relação às "oposições" dos metalúrgicos e dos bancários ou pelo menos a um certo desinterêsse por suas atividades. Do mesmo modo que muitos sindicatos dentro os participantes do M.I.A. tinham se cansado e voltado à rotina burocrática, também o de Osasco parecia ter se frustrado com a busca de alianças no sindicalismo.

Ocorre, porém, que por ser próprio passado, esta direção sindical já não podia, como as outras, voltar à rotina. No passo em que vinha desde as eleições de 1967, ela só poderia andar para a frente, ainda que isso pudesse significar caminhar para a derrota. Além disso, há que considerar a influência do ativismo estudantil no primeiro semestre de 1968 como um fator a mais a impulsionar as tendências voluntaristas já emergentes no sindicato de Osasco.

Um dos fatos característicos do clima ideológico e político de 1968 foi a enorme repercussão alcançada no país pelos movimentos estudantis da Guanabara. Localizados na cidade brasileira de maior ressonância política e tendo afetado de certo modo o governo Costa e Silva, os movimentos estudantis e de classe média pareciam tomar, de longe, a dianteira em relação ao movimento operário. Especialmente depois dos acontecimentos de maio na França, não eram poucos os que pensavam na possibilidade histórica de uma inversão das relações tradicionais entre os estudantes e a classe operária. Com os acontecimentos da Guanabara e suas repercussões em outros Estados, parecia iniciar-se também no Brasil uma nova época dos movimentos sociais em que os primeiros passariam a indicar os ru-

mos a serem seguidos pelo protesto social.

Neste contexto, a significação política de um acontecimento como a greve de Contagem, por exemplo, tendia a parecer muito menor do que era em realidade. Para o clima ideológico dominante naqueles dias, os movimentos estudantis e de classes médias, que se pretendiam intérpretes das massas rurais e das massas urbanas "marginais", colocavam em questão o poder do Estado (embora apenas no plano das intenções, evidentemente), enquanto que a greve de Contagem só apresentava o que parecia ser uma pobre reivindicação salarial. Não há dúvidas de que esta atmosfera ideológica saturada de voluntarismo atingiu também os setores mais radicais do movimento sindical, em especial em Osasco (1).

Importa observar, a respeito, que no caso de Osasco, o movimento estudantil não pode ser considerado como exterior ao sindicato e à classe operária local. Como já disse antes, a própria modernização das empresas havia levado em Osasco como em outros lugares à formação de um novo tipo social, os estudantes operários, e vários deles, a começar pelo próprio José Ibrahim, ocupavam posições de liderança no sindicato. Além disso, o C.E.O. já se havia praticamente dissolvido dentro do sindicato. Assim, as linhas de diferenciação entre estudantes e operários se faziam ainda mais tênues (2).

(1) Em começos de abril, alguns líderes operários do Grande São Paulo (Santo André, São Bernardo e São Caetano) justificavam nos seguintes termos a programação de uma manifestação de rua: "Agora a classe dos operários também vai aderir aos estudantes. Chegou a hora de mostrar ao povo o quanto temos sofrido nas mãos deste monstro que por enquanto se pode chamar de governo" (...) "... decidimos fazer esta manifestação porque temos um objetivo: queremos liberdade. Enquanto os estudantes são metralhados, nós operários morremos de fome. A manifestação tem dois sentidos: contra o arrôcho salarial e em protesto contra a morte do estudante da Guanabara". Cf. CORREIO DA MANHÃ, 4/4/1968.

(2) Nos primeiros meses de 1968 o C.E.O. mantinha ainda individualidade suficiente para promover manifestações de rua em Osasco. A última delas, em abril, indica o tom do movimento estudantil local bem como do movimento nacional dos estudantes. Segundo relatos da imprensa, o discurso do presidente da U.E.E. teria sido discutido previamente com José Ibrahim e ti

Do mesmo modo que a influência estudantil, o voluntarismo, normalmente um estilo de ideologia e de ação típico da classe média, já encontrava em Osasco o terreno preparado pela concepção espontaneísta da política que se criara e desenvolvera no ambiente interno do sindicato. Como se já não fôsem poucas as influências que conduziam o sindicato ao caminho que veio a tomar em julho, acrescenta-se que desde inícios de 1968, a Prefeitura, desejando descomprometer-se com o passo que tomavam as coisas numa área tão conturbada, começou a cortar as pontes com o sindicato e acabou dispensando os serviços dos assessores que lhe eram solidários. Isolamento e voluntarismo andavam juntos.

Em fins de maio e começos de junho, a temperatura sobe ainda mais, tanto no movimento estudantil, que realiza em São Paulo uma série de passeatas, como na área sindical, onde repercutem algumas greves e tentativas de greve. O movimento legal dos 1 200 operários da Metalúrgica Paulista (por atraso no pagamento de salários) entrava em seu oitavo mês de duração e o fato foi comemorado com uma passeata. Surge uma ameaça de greve na Sofunge, suscitando uma ação repressiva que resulta na prisão de alguns operários. Mais importante ainda, comentasse nos meios sindicais a greve ocorrida em fins de maio em três fábricas de automóveis, Mercedes Benz, Willys e Chrysler, que não chegara a ampliar-se devido à pronta interferência do Ministro do Trabalho. Teria a direção dos metalúrgicos de Osasco tomado estas notícias como a indicação de que um movimento mais amplo estaria maduro para eclodir no Grande São

nia como tema o combate à compressão salarial. Falou também um operário apelando à "luta contra a ditadura" e contra a compressão salarial. Os manifestantes eram, em sua maioria, estudantes, mas havia um certo número de operários presentes. A mescla entre uns e outros já ia adiantada, especialmente nos temas de discurso que eram praticamente os mesmos, e isso deveria ter repercussões sobre suas perspectivas de ação. Neste sentido, é sugestiva da orientação assumida pela manifestação, pelo que pode sugerir com relação ao clima vigente no sindicato, a seguinte referência de um diário: "na passeata de Osasco os estudantes abriram a marcha com uma bandeira da Frente de Libertação Nacional (Viet-Cong)". Cf. CORREIO DA MANHÃ, 14/4/1968.

Paulo? Na hipótese afirmativa, teria pensado que seu próprio movimento, localizado em Osasco, poderia vir a ser um agente detonador? Não é impossível que tais idéias houvessem ocorrido, mas é duvidoso que aquela direção sindical necessitasse delas para tomar decisões sobre a greve de julho. De fato, se a temperatura parecia subir em outros lugares, não pode haver dúvidas de que em Osasco ela já estava alta há algum tempo e subia cada vez mais rapidamente.

Em junho, de maneira inesperada, surgiu em Osasco uma pequena greve na empresa Barreto Keller. Aparentemente, a greve teria sido organizada à margem do sindicato e teria alcançado uma vitória parcial, inclusive o reconhecimento da comissão de 15 operários que a organizara. O presidente do sindicato considerou o aumento de salário obtido pelos operários da Barreto Keller como "insignificante em relação à alta do custo de vida" mas saudou o movimento como "a primeira greve espontânea em Osasco" depois da nova lei de greves (1). Não disponho de informações que me permitam ir além na descrição deste pequeno movimento. De qualquer modo, algumas perguntas são inevitáveis! Teria sido realmente uma greve espontânea? Se assim fôsse, isso significaria que o mecanismo de mobilização intensiva da direção dos metalúrgicos começava a escapar-lhe das mãos? Ou, pelo contrário, teria sido um teste programado pelo sindicato para o movimento maior que deveria vir em momento mais oportuno?

Em fins de junho, acrescenta-se um novo fato nesta corrente. O movimento estudantil começa uma ocupação de quatro faculdades que deveria durar até fins de julho. A greve de Osasco viria a ocorrer, portanto, num ambiente carregado de tensão.

O movimento começou na manhã de 16 de julho. Qualquer que seja a explicação que se proponha para a sua antecipação, parece não haver dúvidas de que foi planejado e decidido pela direção do sindicato. No início de julho um grupo de 17 sindicatos de São Paulo realizou uma reunião para estudar a progra

(1) Cf. FÓLHA DA TARDE, 14/6/1968.

mação do 1º Encontro Estadual de Dirigentes Sindicais, de fato uma nova tentativa para formar uma nova "organização paralela". Na reunião, o único voto contrário à idéia foi o de José Ibrahim: "estou em desacôrdo pois o arrôcho não é só salarial, não consiste numa simples lei mas envolve tôda uma estrutura. Em Osasco estamos estudando outras formas de luta, mais objetivas que a simples repetição de congressos e conferências que a nada conduzem" (1). Ele se referia seguramente à greve que deveria eclodir cinco dias depois. Pelo teor desta declaração se pode antever o que será o movimento. Terá caráter político e estará circunscrito a Osasco.

Começou com a ocupação da Cobrasma por cerca de 1 000 operários (2) que mantiveram 15 engenheiros e 30 chefes de serviço como reféns com o objetivo de evitar, dêsse modo, a invasão da emprêsa pela polícia. Depois da Cobrasma aderiram, sem que tenha havido ocupação, as emprêsas Barreto Keller, Braseixos e Granada (esta do setor químico). A última adesão deu-se ainda na manhã do dia 16 de julho com a ocupação da Lonaflex. Os boletins distribuídos pelas fábricas não eram assinados pelo sindicato mas pelos "grevistas" e não deixavam dúvidas em relação às intenções políticas do movimento, contra "as leis de arrôcho salarial, o F.C.T.S. e a lei anti-greve" e contra "a ditadura dos patrões". Em alusão ao clima político daqueles dias acrescentavam: "Pelos jornais, rádio e televisão, a ditadura dos patroes busca nos intimidar, falando em estado de sítio e repressão policial. Buscam nos intimidar porque têm mêdo de nós e têm mêdo porque nos exploram e sabem que responderemos à altura a violência desta exploração". Não obstante o teor destas declarações, os trabalhadores não demonstraram estar preparados para manter a greve que haviam iniciado.

As contradições organizatórias internas do sindicato, dividi-

(1) Cf. O ESTADO DE SÃO PAULO, 12/7/1968.

(2) Informação do jornal O ESTADO DE SÃO PAULO. A FÔLHA DE SÃO PAULO menciona 2 700. Apóio-me nestes dois jornais e na FÔLHA DA TARDE para a descrição da greve.

do entre as expectativas que suas ações passadas haviam susci-
tado entre os operários e as exigências burocráticas que ema-
navam de sua condição na estrutura sindical oficial, não dei-
xaram de ter influência sôbre a conduta equívoca que adotou
no encaminhamento do conflito. Já no início da tarde do dia
16, os representantes da D.R.T. procuraram os dirigentes do
sindicato e propuseram a realização de uma mesa redonda para
discutir as reivindicações. Ibrahim respondeu, numa tentati-
va de manobra em que procurava imitar o presidente dos meta-
lúrgicos de Contagem na greve de abril, que não estava autori-
zado a discuti-las com as autoridades porque o movimento não
era do sindicato, embora êsse estivesse solidário com os gre-
vistas. Só em assembléia com os trabalhadores seria possível
tratar do assunto. Foi assim que pouco depois os dirigentes
e os representantes do Ministério do Trabalho compareceram
perante a massa reunida na Cobrasma para tomar conhecimento
das reivindicações: 35% de aumento de salário, contrato cole-
tivo de dois anos de vigência e reajustes salariais de três
em três meses (a êstes itens comuns a tôdas as empresas em
greve, o pessoal da Cobrasma acrescentou ainda uma série de
reivindicações específicas de sua empresa).

Por fôrça de suas próprias contradições internas, o sindicato
já iniciava as negociações numa posição débil. Buscava trans-
formar o caso de Contagem, onde efetivamente o sindicato era
irresponsável perante a greve, numa "tática de ação". Começa-
va, pois, numa posição defensiva cujo objetivo era preservar
o sindicato de uma possível intervenção e garantir-lhe a posi-
ção cômoda de mediador na greve, ao mesmo tempo em que espera-
va poder dirigi-la por trás dos bastidores. Significa dizer
que tratava de preservar como fôsse possível sua própria ambi-
guidade organizatória, mostrava às autoridades sua face legal
e esperava que ela encobrisse sua atividade real. Contudo,
quando o conflito se estabeleceu, isso passou a significar o
mesmo que buscar tapar o sol com a peneira. A manobra redun-
dou num fracasso completo. Apenas serviu para confundir os
trabalhadores e, evidentemente, não serviu de nada para pre-
servar o sindicato da intervenção.

Só em desespero de causa os dirigentes de Osasco poderiam ter pensado que as autoridades se deixassem enganar tão facilmente. Em realidade, esta ingênua tentativa de manobra não era mais que a expressão da perplexidade que começava a dominá-los assim que se iniciava o conflito. O sindicato estava de fato imobilizado por suas próprias contradições organizatórias.

A situação de conflito criada pela greve era um teste decisivo não apenas para a estrutura organizatória dos metalúrgicos de Osasco, mas também para a orientação voluntarista que vinha dominando o movimento desde os incidentes de 1º de maio. O simples fato de a greve ter ocorrido nas condições em que ocorreu, "fora de prazo", era o auge do voluntarismo. Instalara-se enfim o conflito direto com o governo que alguns dos líderes mais radicais de Osasco vinham buscando.

Contudo, uma vez criado o conflito, tem-se a impressão de que já não sabiam o que fazer. Em verdade, minha impressão é que estes líderes jamais se haviam colocado seriamente a questão de como resolver o encaminhamento da greve. Chegar ao conflito, romper de uma maneira ou de outra com a tradição burocrática do sindicalismo populista, parecia ser este o único objetivo real. Neste sentido, parece-me inegável que o radicalismo voluntarista tinha um caráter meramente negativo. Seu grande êxito foi a ruptura com o populismo burocrático da maioria dos sindicalistas. Mas o que oferecer como alternativa? Instalado o conflito, o voluntarismo se havia esgotado como orientação política para a greve. Este esgotamento se expressa claramente na conduta das lideranças. Colocados diante do conflito, alguns, talvez a maioria, cederam aos automatismos burocráticos e acabaram, em desespero de causa, declarando a irresponsabilidade do sindicato perante a greve. Outros estiveram no limite de passar a uma violência desesperada(1). Quais

(1) As circunstâncias em que se dá a desocupação da Cobrasma evidenciam bem a segunda alternativa. Segundo a imprensa, o comandante da tropa enviada para desalojar os grevistas comunicou àqueles que estavam no portão da empresa que tinha ordens para ocupar a empresa e que desejava evitar violências. A

quer que sejam as diferenças entre estas atitudes, para a greve elas significavam a mesma coisa. A impotência dos líderes e o abandono dos grevistas à sua própria sorte.

Havia várias razões que levavam o governo a uma ação mais rápida e mais dura em Osasco do que aquela que pudera ter em Contagem. A própria experiência de abril deve ter servido para colocar o Ministério do Trabalho em posição de alerta para cortar pela raiz a possibilidade de uma repetição do fato em outras partes do país. Além disso, a D.R.T. de São Paulo já havia dado em dezembro de 1967 um claro sinal de que estava muito atenta ao que se passava pelos lados de Osasco e, evidentemente, não deixou passar despercebidos os acontecimentos do 1º de maio e as frequentes manifestações de radicalismo no sindicato. Assim, é razoável supor que a greve de Osasco não a tenha tomado de surpresa como a greve de abril o fizera com sua congênere de Minas Gerais (de fato, a D.R.T. de Minas não tinha como prever um movimento que o sindicato local simplesmente ignorava).

Acrescente-se ainda que de certo modo os resultados obtidos pela greve de abril já haviam esgotado as margens de manobra possíveis ao Ministério do Trabalho com a concessão para todos os trabalhadores do país do abono de emergência de junho de 1968. Um novo passo neste sentido se tornava agora muito improvável sem o sacrifício da política econômica que se empenhava em apoiar o combate à inflação principalmente sobre a compressão dos salários. E a política econômica não poderia

resposta negativa, vinda de alguns líderes presentes, foi acompanhada de uma ameaça: caso a Polícia entrasse, eles fariam explodir os depósitos de combustíveis da empresa e um deles chegou a colocar-se em posição para deitar fogo aos depósitos. O voluntarismo dos líderes presentes à situação era incapaz de aceitar que a ocupação da empresa pela Polícia ocorresse pacificamente, e, portanto, oferecia como alternativa a realização de um ato terrorista. (Soube-se depois, por informações prestadas pela própria Polícia à imprensa, que só um dos operários estava armado. Eram, portanto, incapazes de resistir, ainda que de fato o desejassem). Contudo, vários dos operários presentes manifestaram-se contra a explosão dos depósitos, argumentando que eles próprios morreriam se tal coisa ocorresse. Depois disso, a Polícia Militar ocupou a empresa.

evidentemente ser mudada sem alterações mais ou menos sérias dentro do governo e do sistema em que se apóia. Finalmente, do mesmo modo que os movimentos estudantis e de classe média criaram um clima favorável à eclosão da greve de Osasco, êles suscitarão também em certos grupos governamentais as primeiras iniciativas que deverão confluír em dezembro no Ato Institucional nº 5. Significa dizer que a greve de Osasco ocorria de fato num momento em que começava a entrar em descenso a conjuntura de liberalização que se abriera no ano anterior com a inauguração do governo Costa e Silva. Não é de estranhar, portanto, que a entrada quase simultânea de cinco emprêsas em greve na região metropolitana mais industrializada do país tenha parecido ao govêrno um fato muito mais grave que o de Contagem, onde a greve permaneceu limitada a uma emprêsa durante três dias, caracterizando um processo de desenvolvimento aparentemente muito mais lento.

O govêrno via, portanto, a situação de uma perspectiva muito diferente daquela adotada pelo sindicato, por demais preocupado em seguir quase passo a passo o exemplo de Minas. Assim, êle interferiu para liquidar o mais rapidamente possível o movimento. É interessante observar, a propósito, que enquanto o sindicato saía do encontro da tarde do dia 16 com a D.R.T. ainda esperançoso no êxito de sua manobra contra a intervenção (1), o organismo ministerial já tomava de longe a diantei

(1) "Apesar de o movimento grevista não ter nascido de dentro do Sindicato, nós apoiamos integralmente os companheiros e nossas portas estão abertas. Temos consciência da legislação vigente, mas não devemos esquecer que a greve não é uma ilegalidade. É um problema humano. Representantes da Delegacia Regional do Trabalho já estiveram aqui no Sindicato. Demonstraram interesse em conciliar e propuseram uma mesa-redonda. Nós também estamos interessados em conduzir o movimento pacificamente, mas só aceitamos o diálogo com todos os operários reunidos. Não concordamos com soluções particulares, pois todas as reivindicações devem ser aceitas". Declarações de um dos diretores do sindicato à imprensa. Cf. FÓLHA DA TARDE, 17/7/1968

ra e anunciava publicamente sua intenção de aplicar a medida (1). Além disso, como a D.R.T., depois de sua visita a Osasco, declarara a ilegalidade da greve, a Polícia Militar passou imediatamente à ação e desocupou as emprêsas ao anoitecer do mesmo dia, realizando cêrca de 30 prisões. No dia seguinte, 17 de julho, o Ministro do Trabalho chegou a São Paulo para examinar a situação. No mesmo dia, decretada a intervenção sôbre o sindicato, a Polícia Militar começou a operação de evacuação do sindicato, que havia sido ocupado no dia anterior por uma parte dos grevistas, e já no dia seguinte os interventores designados pelo Ministério tomaram posse de suas funções. Enfim, se em Contagem o Ministro do Trabalho apelara à mediação dos sindicatos e se dispusera a esperar algum tempo para as negociações, no caso de Osasco êle mudou de tática e decidiu atacar primeiro. O que viesse a ocorrer depois já não dependeria dêle, nem do govêrno, mas só e exclusivamente da capacidade do movimento em persistir mesmo sob os efeitos da repressão. Era como se o govêrno se dirigisse ao movimento de Osasco e dissesse: vamos ver, prove agora sua fôrça!

Não obstante, a intervenção sobre o sindicato derrubou tôda a estrutura organizatôria sôbre a qual a greve se apoiava e a pressão teve o efeito de desarticular o que sobrara. Ibrahim sumiu para evitar a prisão e não teve mais qualquer influênciã sôbre os acontecimentos. Mas o problema era mais grave que a ausência do líder da greve, em si um fato bastante sério tendo em conta a função de articulação que êle representava entre o sindicato e a base. Enquanto para os operários de Contagem o sindicato servira apenas para emprestar seu auditório para as negociações e os debates, aqui êle desempenhava o papel central no movimento. Parecia representar tôdas as fun

(1) Declarações do representante da D.R.T.: "Êles ultrapassaram os limites desta vez. A greve em seis fábricas e a ocupação em duas parece indicar ligação com movimentos subversivos. (...) Sabemos que a greve da Cobrasma, a primeira a eclodir, foi organizada por líderes do Sindicato, e vamos intervir. Cf. JORNAL DO BRASIL, 17/7/1968.

ções ao mesmo tempo, era sindicato oficial, sindicato rebelde e chegava mesmo a simbolizar as funções de uma organização política. Contudo, no momento do conflito, quando deveria pôr à prova sua capacidade para dirigir os acontecimentos, ele não encontrou melhor solução que declarar-se irresponsável pelo movimento que criara.

Em realidade, o que conseguiu foi apenas desfigurar sua imagem ante os trabalhadores em greve, além de contribuir para deslegitimar suas ações passadas. E enredou-se mais ainda quando, depois de já decretada a intervenção, alguns diretores tentaram convencer as autoridades que ainda era possível "legalizar" o movimento, pois recorriam a uma lei que em várias oportunidades haviam considerado como injusta e ilegítima. Os dirigentes de Osasco só conseguiram debilitar ainda mais sua própria posição diante do governo. Frente aos operários só conseguiram contribuir para aumentar a confusão e para criar o sentimento de terem sido abandonados por seus líderes no campo da luta. Ao que parece, alguns dos líderes de Osasco ainda chegaram a propor que se formasse um sindicato independente para dirigir o movimento. Era, porém, tarde de mais.

No segundo dia da greve, 17 de julho, ainda houve uma adesão, por parte da Brown Boveri. Aparecem também algumas manifestações de solidariedade dos estudantes (U.N.E. e U.E.E.) e de 12 sindicatos de São Paulo que buscam, sem êxito, persuadir o Ministro do Trabalho a suspender a intervenção. Não obstante, a greve já estava de fato derrotada. No terceiro dia começa a volta ao trabalho.